EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 11 NÚMERO 4 ABRIL DE 1987

FUNDACAO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

-9. VI. 87
RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO

IMPRESSO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
EAESP/FGV
AV. 9 DE JULHO 2029
01313-SAO PAULO-SP

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S/A

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), Bruno Marcus Rangel Pessanha (**pecuária e supervisão de pesquisas**), Fernando Roberto de Freitas Almeida (**editoração, arroz, feijão e uva**), Fernando da Silva Santiago (**café e amendoim**), Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa (**algodão e laranja**), Irene Raguenet Troccoli (**milho, aves e suínos**), Janete Fajardo Zaidhaft (**cebola e mamona**), Leila Tendrih de Freitas Almeida (**oleaginosas e trigo**), Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola e cacau**), Martha Macedo de Lima Barata (**aveia, centeio, cevada e sorgo**).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (**preços de terras, salários e serviços**), Lúcio Junqueira Campos (**preços recebidos**), Mário Sachs Rabello (**índices e relações de trocas**) e Oraide Terezinha Novaes (**preços de insumos**).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira (**secretária**), Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite. Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Calvalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S/A.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

Os problemas da economia brasileira parecem estar-se tornando cada vez mais complexos.

É possível que se esteja tentando repetir cenas de um passado não muito distante, quando, esgotada a capacidade de absorção pelo mercado interno, os setores produtivos tiveram de desenvolver esforços, em larga medida exitosos, para a colocação de seus produtos no exterior. Hoje, sob os efeitos — ainda não muito graves — da **moratória unilateral**, *as contas internacionais do país readquiriram importância extrema.*

Na agricultura, há alguns fatos alvissareiros. A **pequena maxidesvalorização** *da moeda poderá trazer, em breve, novo alento às exportações, somando-se à evolução positiva, há pouco iniciada, nos mercados mundiais de* **commodities**. *Com efeito, o temor de elevação das taxas inflacionárias nos* **Estados Unidos da América** *tem levado à opção pelas aplicações nas* **Bolsas de Mercadorias**, *o que repercute na renda do agricultor brasileiro.*

O que vem ocorrendo no mercado da soja é exemplar. O governo federal que, até abril, adquiriu 700 mil t no Centro-Oeste, pôde interromper suas compras quando chegaram aos agricultores as notícias da alta das cotações em **Chicago**. *Também os preços internacionais do açúcar, do algodão e do café passam por processo semelhante.*

Deste modo, os produtos vegetais destinados, em especial, ao abastecimento interno, serão igualmente beneficiados, ainda que indiretamente, pois recursos que antes serviriam para comprar soja contribuirão para assegurar uma rentabilidade mínima às duas safras mais problemáticas deste ano: arroz e milho. Ambas preocupam pela oferta abundante e pela expectativa de retração da demanda interna.

A manutenção da alta no mercado externo é evidente que independe de ações das autoridades brasileiras. Se ocorrer, no entanto, contribuirá para assegurar um patamar mínimo de crescimento da economia brasileira, em 1987.

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DE SAFRA
- Milho 2

PRODUTOS ANIMAIS
- Pecuária de Corte 6

PRODUTOS VEGETAIS
- Cebola 7
- Maçã 11

ENSAIOS ESPECIAIS
- Álcool 13
- Feijão no Rio Grande do Sul 16

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

MILHO

O estoque remanescente, de 1986 foi de 3,5 milhões de t. A oferta alcançou o recorde de 32 milhões de t. O excedente, este ano, será de 6,8 milhões de t, ou maior, dependendo do crescimento ou não da avicultura.

A safra recorde, ora em processo de colheita, pode ser creditada, em parte, às mudanças da política agrícola divulgadas em agosto, em plena vigência do **Plano de Estabilização Econômica**. Na época, havia a expectativa de que a taxa de juros para a atividade agropecuária fosse favorável e de que se ampliasse o processo de crescimento da demanda interna por alimentos (em especial, por proteínas animais). Além disso, o preço mínimo para o milho, nos estados do Sul, foi considerado atraente, recuperando para o seu cultivo áreas tradicionais, perdidas em anos recentes para a soja. Esta só preservou sua competitividade em relação ao cereal no cerrado, onde continuou sendo financiada a taxas favorecidas.

A **corrida** ao plantio foi marcada por dificuldades generalizadas na liberação do crédito de custeio e, em áreas localizadas, pela falta de insumos, principalmente de sementes selecionadas.

Os mais recentes números do **IBGE** informam que a área plantada nos oito principais estados do Centro-Sul alcançou 10,7 milhões de ha, representando cerca de 1,7 milhão de ha a mais do que a colhida em 1985/86. Nessa expansão, merecem destaque os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, onde houve incorporação de áreas ponderáveis ao cultivo de lavouras produtoras de alimentos, em resposta às medidas incentivadoras ao seu plantio (ver Quadro 01). Com efeito, enquanto, em 1985/86, a área colhida nos dois estados representou 60% da área colhida com soja, para 1986/87 a proporção foi, em março último, avaliada em 82%. Para isso, pesou muito o fato de os agricultores de médio e grande portes contarem com limites de financiamento da ordem de 100% e 80%, respectivamente, para o milho, e de 60% e 50% para a soja. Concomitantemente, as perspectivas do mercado internacional da soja eram desanimadoras, quando contrapostas às cotações internas, em processo de alta, dos suínos e das aves. Além do mais, o milho sempre conta, a seu favor, com as vantagens de ser produzido a custos mais baixos, do caráter rústico da lavoura e, ainda, do largo consumo direto no próprio estabelecimento rural.

No Rio Grande do Sul, o incremento da área cultivada foi considerável, pois significou a ocupação de mais 442 mil ha, sendo que grande parte dessa área proveio do abandono da soja, ao lado do aumento da prática tradicional do consórcio da cultura do milho à do feijão. A produção do milho em solo gaúcho foi impulsionada pelas novas regras do crédito de custeio, conjugadas à perspectivas de maior lucratividade da criação suína ao longo do ano. Admite-se, no caso, que os suinocultores não desejavam passar novamente pelo **desconforto** de não disporem do cereal em quantidades suficientes para suas necessidades, num ano em que se esperavam bons preços para os produtos de origem animal.

O Paraná continuou sendo o estado de maior área cultivada, atingindo, desta feita, 2,9 milhões de ha. Este recorde de plantio pode ser considerado uma resposta imediata do produtor típico de milho (de pequeno porte, com

QUADRO 01 – MILHO – ESTADOS SELECIONADOS – ÁREAS COLHIDAS EM 1984/85 E 1985/86, E ÁREA PLANTADA EM 1986/87

	ÁREA COLHIDA (ha)		ÁREA PLANTADA (ha)	
ESTADO	1984/85 (a)	1985/86 (b)	1986/87 (c)	VARIAÇÃO -c/b (%)
Paraná	2.332.840	2.300.000	2.910.000	27
Rio Grande do Sul	1.744.881	1.525.431	1.967.747	29
Minas Gerais	1.506.528	1.559.336	1.612.855	03
São Paulo	1.146.768	1.280.000	1.408.000	10
Goiás	734.120	926.150	1.183.060	28
Santa Catarina	932.094	923.958	1.008.000	09
Mato Grosso	242.913	273.717	311.987	14
Mato Grosso do Sul	143.236	163.259	260.000	59
TOTAL	8.783.380	8.951.851	10.661.649	19

FONTE – IBGE (estimativa de março).

baixa capacidade de auto-financiamento e elevada utilização na alimentação de rebanho próprio de suínos e/ou aves) ao apelo governamental para incremento da sua semeadura. Registre-se, também, que, nesse estado, vem-se mantendo a tendência ao plantio do chamado milho da segunda safra, ou **safrinha**, que se apresenta como nova opção logo após a colheita do trigo. Para 1986/87, o **IBGE** estimou em 240 mil ha a superfície semeada na segunda safra, o que representaria cerca de 9% da área da safra **normal** do estado.

Em São Paulo, o plantio do milho se expandiu também pelo temor da **Reforma Agrária** por parte de alguns proprietários rurais, que promoveram a ocupação de áreas marginais de pastagens. A nítida preferência pelo cereal fez com que a superfície semeada avançasse 10% na presente safra.

Segundo o **IBGE**, Minas Gerais apresentou o menor aumento na área plantada, repetindo os problemas no abastecimento de insumos, na liberação do crédito e na distribuição pluviométrica, que atrasaram e prejudicaram o plantio, cuja extensão ficou aquém do esperado.

Santa Catarina, devido à estrutura fundiária peculiar, foi o estado a apresentar o quadro mais estável. Seus grandes rebanhos de porcos e de aves mantiveram o interesse no plantio do milho, que se acentua em época de aumento dos preços desses animais, mas não no nível de expansão verificado em outras unidades da Federação. O grande aumento esperado da produção, da ordem de 32%, derivará mais da melhora do rendimento físico, uma vez que a superfície plantada registrou um acréscimo de apenas 9%.

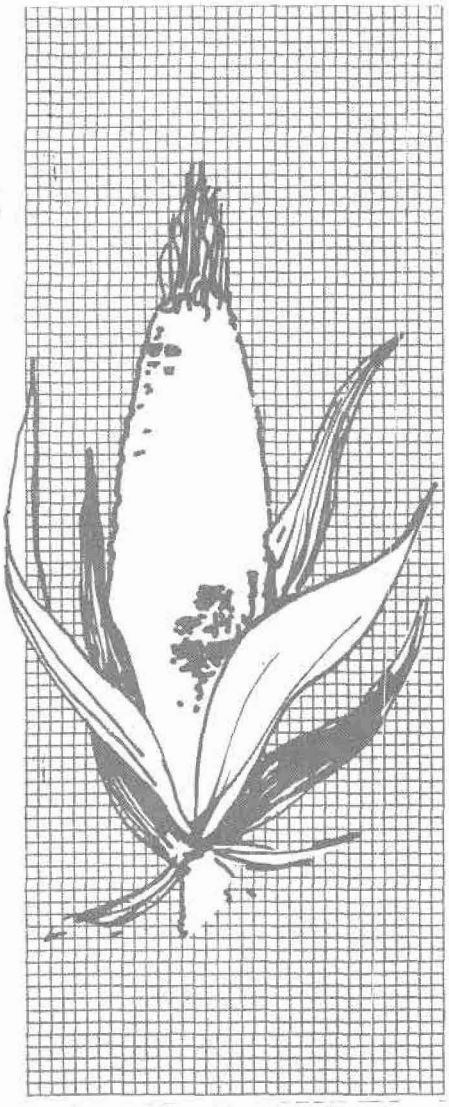
O problema mais grave que vem sendo notado nesse início de colheita diz respeito às condições de estocagem da quantidade recorde a ser colhida. Além da insuficiente capacidade instalada dos armazéns e silos existentes no país, a questão se agrava com o fato de muitas unidades ainda estarem ocupadas com produtos de safras anteriores. A situação é particularmente grave na região Centro-Oeste, de exploração mais recente, cuja capacidade de estocagem está muito defasada em relação ao crescimento da produção e demanda regionais. Até mesmo o Paraná tem problema idêntico, tendo em vista a safra recorde, prevista em 7,5 milhões de t. Há ainda a informação de que, em algumas áreas onde a armazenagem é convencional, tem ocorrido falta de sacaria.



Não é de se estranhar, portanto, que a colheita e a comercialização do milho venham sofrendo as conseqüências desse descompasso na infra-estrutura de armazenagem. A permanência mais longa no campo até o momento leva a crer que a colheita terá um atraso superior ao normal. Além disso, estando o mercado folgadamente abastecido, a comercialização vem se arrastando, face ao desinteresse óbvio dos granjeiros em arcar com os custos de armazenagem. Não raro, o preço recebido em regiões de maior oferta tem sido cerca de 20% inferior ao preço mínimo de garantia.

Em março, o **IBGE** avaliou a safra brasileira em 27,8 milhões de t, mas essa quantidade ainda será revista. É inegável que, mesmo na eventualidade de uma frustração na colheita do Norte-Nordeste, o país contará com oferta folgada no presente ano. Segundo a **CFP**, o estoque de passagem em 31/12/86 foi da ordem de 3,5 milhões de t. A oferta alcançou o recorde de 31,8 milhões de t, incluindo cerca de 500 mil t importadas e ainda não **internalizadas.** O excedente está previsto em 6,8 milhões de t, pois a **CFP** calcula que o consumo interno alcance 25 milhões de t, 13% a mais do que no ano passado.

A procura pelo milho é função direta das tendências registradas nos mercados de aves e suínos, produtos que estão **amarrados** à pecuária de corte e à evolução da renda real dos consumidores. No momento, já se observa reversão no processo de expansão do consumo de bens em geral, observado na economia ao longo de 1986, seja pelo descongelamento dos preços, seja pela erosão dos salários reais, fatos que afetam imediatamente o consumo de proteínas animais. No caso de a avicultura não crescer tanto quanto o esperado, ficará definitivamente comprometida a expansão prevista no consu-



mo interno do milho, significando que o seu superávit será maior do que o estimado.

Em meados de fevereiro, o governo promoveu algumas mudanças nas regras de comercialização agrícola para o ano em curso, com destaque para: 1) reajuste dos preços mínimos em 1º/03/87 e sua posterior atualização mensal, até junho, de acordo com o **Índice de Preços Pagos (IPP)**; 2) extinção do parcelamento no pagamento das **AGF** e reajuste de 10% a.a. mais a correção monetária medida pelo **Índice de Preços Recebidos (IPR)** para o crédito de custeio, no Centro-Sul. Em paralelo, divulgou-se que seriam aplicados Cz$ 8 bilhões na ampliação da capacidade estática de armazenagem, em 1987.

No entanto, o retorno do ímpeto inflacionário e a perspectiva de colheita recorde, fizeram com que os produtores se mobilizassem e exigissem do governo a revisão da situação de suas dívidas (contraídas à época do plantio na perspectiva de inflação baixa e de juros anuais de 10%).

Nesse sentido, em fins de abril, o governo fixou em 10% a taxa de juros dos créditos de investimento, até o limite de Cz$ 200 mil, contraídos por pequenos agricultores, nos meses de março a junho, enquanto que as outras categorias deverão pagar 50% da correção monetária no mesmo período. Em paralelo, o governo determinou que o financiamento de **EGF** corresponderá a 100% do valor do preço mínimo, com percentual de acesso a esses recursos de até 80% da produção para os agricultores e cooperativas. Foram estendidos os prazos de concessão do **EGF** e o governo passou a dar garantia de pagamento do empréstimo pelo preço de mercado à época do vencimento do contrato.

No caso do milho, o preço fixado em Cz$ 115,20/60 kg para a região Sul e São Paulo foi reajustado para Cz$ 136,80/60 kg a partir de 1º/05. Nos demais estados, de Cz$ 110,40/60 kg, foi aumentado para Cz$ 130,80/50 kg. Com esses reajustes, é de se esperar que o governo venha a ser novamente o grande comprador da safra, pois será difícil que, numa conjuntura de desaquecimento da demanda, os preços de mercado superem o mínimo. Por sua vez, o montante previsto para empréstimos de comercialização, em 1987, prevê queda de 10% frente ao despendido em 1986, o que adiciona mais uma incógnita sobre o futuro comercial da nova safra[1].

Divulgou-se, também, que o governo estaria estudando a exportação ao longo do ano. A medida é temerária, por afetar o necessário estoque regulador do produto, e, poderá trazer conseqüências desastrosas. Em primeiro lugar, devido aos grandes estoques norte-americanos, a receita de vendas não seria compensadora (ver **Agroanalysis** vol. 10, nº 2, fevereiro de 1987). Caso se insista na medida, é bom lembrar que o **Brasil** só teria condições de competir no mercado internacional se ofertasse produto **novo**, de qualidade superior ao norte-americano, visto que os **EUA** constumam vender o grão de armazenagem antiga. Surge, daí, o segundo problema, pois o país seria levado a se desfazer de produto de boa qualidade, a preços pouco compensadores, sobrando para consumo interno o produto velho, de baixa qualidade, importado ao longo de 1986.

Paralelamente, a **CFP** anunciou que o governo estaria disposto a repetir a operação, realizada em anos passados, de venda do grão a preços subsidiados aos exportadores de frangos.

Na hipótese de contração da demanda, é improvável que o **Brasil** deixe de exportar milho em 1987. Na ótica oficial, essa medida minimizaria diversos problemas, como a deficiência da armazenagem[2], aumento da receita de moeda forte e redução do dispêndio de verbas governamentais com a política de sustentação dos preços internos. Na **mira** das autoridades estariam, de imediato, 215 mil t importadas da **Argentina** e 490 mil t, dos **EUA**, que, por ainda não terem sido **internalizadas** poderiam ser reexportadas ou trocadas por outras mercadorias.

Resta saber como se compatibilizaria essa decisão com o recente anúncio governamental de promover a extinção gradual do subsídio do trigo, já que o milho é considerado um importante substituto na panificação.

1 A **CFP** prevê que o montante de **AGF** e **EGF** de milho no presente ano alcance 9,5 milhões de t, 157% a mais do que em 1986.

2 A recente decisão das indústrias esmagadoras de soja de cederem parte de sua capacidade armazenadora para a estocagem do milho (cerca de 1,7 milhão de t) não se dará sem complicações técnicas.

PECUÁRIA DE CORTE

Após a grande escassez do ano passado, registra-se oferta bem superior à demanda. Retorna o **ICM** *de 12%. É pequeno o estoque governamental.*

Em meados de 1986, em plena crise de abastecimento de carne bovina, voltaram à tona as controvérsias quanto às reais dimensões do rebanho brasileiro, com a notícia de que o **Censo Agropecuário de 1985** teria confirmado a estagnação do plantel bovino no mesmo patamar de 1980 (118 milhões de cabeças). Na época, tal informação serviu de subsídio aos pecuaristas na argumentação de que escasseavam animais prontos para o abate.

Os resultados preliminares do **Censo**, recentemente liberados, vêm, com algum retardo, trazer um pouco de luz ao assunto. As 127,6 milhões de cabeças de bovinos constatadas pelo **Censo** significam um crescimento de 8,1% na primeira metade da década e um arrefecimento na expansão da pecuária bovina *vis-à-vis* ao seu desempenho nos anos 70. A taxa de crescimento do rebanho bovino, de 1,57% ao ano, no qüinqüênio 1980/85, foi visivelmente inferior às de 1970/75 (5,29%) e de 1975/80 (3,04%) (ver Quadro 02).

A recessão econômica verificada no triênio 1981/83, ao aumentar o desemprego e comprimir os salários, trouxe prejuízos à população em geral, e seus efeitos sobre o mercado de produtos pecuários foram bem nítidos, a ponto de os preços médios do boi gordo, em 1982, terem sido inferiores aos de 1977, ano em que houve a maior oferta de carne bovina no país (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 11, novembro de 1986).

A maior lucratividade das aplicações financeiras, comparativamente aos investimentos em atividades produtivas, também pode ser apontada como causa do **abrandamento** no ritmo de expansão da pecuária em um país que, além da vocação criatória, dispunha (e ainda dispõe) de enormes reservas de terras para sua implantação. Neste sentido, e como o processo denominado **ciranda financeira** não se circunscreveu ao triênio da recessão, o ano de 1977 pode ser considerado um marco para a pecuária brasileira, nas últimas quatro décadas (há quem julgue sê-lo para toda a agricultura, considerando-se os níveis recordes de produção e disponibilidade *per capita* de alimentos). Desde então, por ser uma atividade cujos investimentos se cobrem a longo prazo, a pecuária passou a se ressentir dessa distorção da economia, deteriorando-se. A produção de carne bovina oscilou em torno de uma média de 2,25 milhões de t, com uma variação má-

QUADRO 02 – BRASIL – EFETIVOS DE BOVINOS SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 1970, 1975, 1980 E 1985
(mil cabeças)

BRASIL/REGIÃO	1970	1975	1980	1985	VARIAÇÃO E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%) 1975/1970	1980/1975	1985/1980	1985/1970
Norte	1.706	2.130	3.989	5.359	24,9 4,54	87,3 13,37	34,3 6,08	214,1 7,93
Nordeste	13.806	18.041	21.506	22.287	30,7 5,50	19,2 3,58	3,6 0,72	61,4 3,24
Sudeste	26.845	35.237	34.835	35.661	31,3 5,59	–1,0 –0,23	2,4 0,47	32,8 1,91
Sul	18.953	21.516	24.495	24.742	13,5 2,57	13,8 2,63	1,0 0,20	30,5 1,79
Centro-Oeste	17.252	24.750	33.261	39.595	43,5 7,48	34,4 6,09	19,0 3,55	129,5 5,69
BRASIL	78.562	101.674	118.086	127.644	29,4 5,29	16,1 3,04	8,1 1,57	62,5 3,29

FONTE – Censos Agropecuários – 1970, 1975, 1980 e 1985 (Sinopse Preliminar) – IBGE.

xima de 2,4 milhões de t nos anos de maior abate de vacas e **vale** de preços (1977 e 1982) e uma mínima de 2,1 milhões de t nos anos de retenção do rebanho e **pico** de preços (1979 e 1984).

Neste contexto, não é surpresa verificar que a expansão do rebanho, embora a taxas menores do que as da década passada, tenha persistido nas regiões Norte e Centro-Oeste, confirmando a tendência das três últimas décadas e o caráter pioneiro da pecuária na ocupação de terras nas fronteiras agrícolas. Obviamente, a desaceleração da velocidade de aumento da atividade criatória na região Centro-Oeste ocorre em razão da base numérica expressiva (33,3 milhões de cabeças, em 1980) e porque já escasseia a quantidade de terras disponíveis, aumentando seus preços. É importante destacar que, no qüinqüênio 1980/85, essas duas regiões foram as únicas que apresentaram taxas de crescimento (Norte, 6,08% a.a. e Centro-Oeste, 3,55% a.a.) superiores ao aumento da população. Mesmo assim, em virtude da estagnação da pecuária em regiões expressivas, como o Sul, Sudeste e Nordeste, a taxa média do país (1,57% a.a.) foi inferior à da expansão demográfica brasileira. Tais números contrastam fortemente com aqueles detectados na década passada, quando todas as regiões, exceto a sulina, apresentaram taxas de incremento do rebanho superiores às da população do país.

É de se esperar que nos estados da região Sul e do Sudeste, onde a pecuária é tradicional e economicamente expressiva, a tecnologia de criação tenha evoluído o suficiente para permitir a continuidade do crescimento da oferta de carne bovina, de modo a contrabalançar os crescentes aumentos dos preços dos fatores de produção utilizados (terra, maquinaria e outros) derivados dos processos de urbanização e industrialização e, também, das já citadas distorções da economia. Nos estados do Brasil Central, há evidências de avanços no nível das tecnologias criatórias, sobretudo no aumento do peso médio da carcaça do animal. No Rio Grande do Sul, porém, afora iniciativas isoladas de produção de bovinos precoces, dentro dos padrões de **carcaça tipificada**, o que se observa, no geral, é que à involução numérica do rebanho (–3,7% sobre o plantel de 1980) conjuga-se também uma estagnação tecnológica, reflexo da grave crise econômico-financeira por que passa o estado.

O tumulto verificado no abastecimento da carne bovina nos principais centros urbanos do país, em 1986, teve como causa imediata a intervenção abrupta na economia, determinada pelo **Plano de Estabilização Econômica** e, como pano de fundo, as distorções estruturais da pecuária e da economia, em geral. Circunstancialmente, a sua eclosão se deveu à recusa dos pecuaristas em colocar no mercado os bois gordos a preços congelados pelo governo, mas a escassez do produto proveio também de deficiências setoriais, cuja contribuição para o agravamento da crise não foi pequena. Na disputa de interesses que se travou no período de maio a dezembro do ano passado, pode-se dizer que as reações das partes envolvidas, fincadas nas trincheiras de não-concessão extrapolaram a própria dimensão do conflito, prejudicando os litigantes, os consumidores e a economia do país. A conseqüência daquelas distorções é o desequilíbrio que caracteriza o abastecimento na presente safra, pois o mercado, quase de um momento para o outro, saltou da séria escassez, para uma situação de oferta bem superior à demanda. Essa **anormalidade** tem como causa direta o afluxo aos matadouros dos animais gordos retidos no ano passado, juntamente com os da safra atual. O consumidor, obnubilado pelo nevoeiro que desceu sobre a economia, não acorre ao mercado na intensidade que a queda dos preços faria supor, tornando-se um elemento complicador a mais para os frigoríficos e retalhistas. Os pecuaristas, além da necessidade normal de venda dos animais terminados, sentem-se duplamente pressionados a transacionarem sua mercadoria: tanto para apressarem a quitação das dívidas, face à escalada dos juros, quanto para a reaplicação dos lucros, recurso que se tornou novamente atraente, com a volta da **ciranda financeira.**



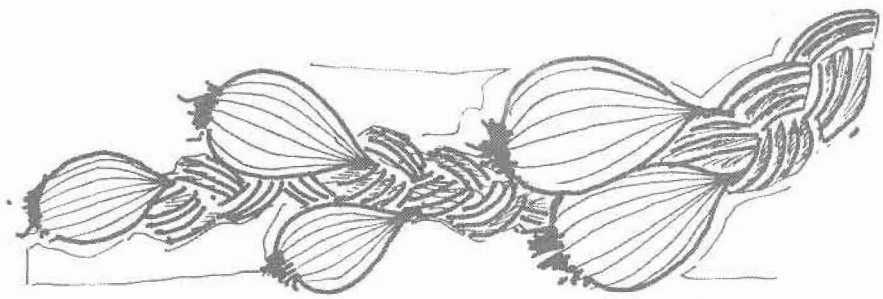
Para o governo, a atual situação é confortável, porque a abundância de carne não pressiona a inflação. O retorno da alíquota do **ICM** para 12% também é motivo de regozijo, para as administrações estaduais. Esta **calmaria**, no entanto, pode ser apenas aparente, tendo em vista que os estoques em poder do governo, até o momento (em sua maior parte constituídos por carne importada) não são suficientes (em quantidade e qualidade) para a regularização do mercado na entressafra. Outrossim, a disponibilidade do montante de Cz$ 1,0 bilhão para custear o confinamento de 600 mil reses está atrasada e o rateio de Cz$ 1.500/cabeça, sendo apenas 20% do custo total, não tem exercido grande atração aos criadores.

CEBOLA

Os preços estão elevados, devido à retenção no atacado e nas grandes redes varejistas. Apenas as produções gaúcha e catarinense vêm abastecendo o mercado, pois a colheita de Piedade, São Paulo, está atrasada.

A situação do mercado mudou bastante nos últimos meses. Em fins de novembro, havia excesso de oferta, pois, além das vendas da produção paranaense e da intensificação das remessas provenientes da microrregião de Paranapiacaba, São Paulo, iniciou-se a comercialização das expressivas colheitas de Santa Catarina e, logo a seguir, do Rio Grande do Sul. Tal situação, porém, foi-se alterando a partir de janeiro, quando as constantes chuvas e o alto grau de umidade verificados na região Sul provocaram significativas quebras nas lavouras (sobretudo em Santa Catarina) e, ainda, comprometeram bastante a qualidade dos bulbos.

Esperava-se um acentuado acréscimo de 57% na produção gaúcha, em contraste com o ano passado, bem como grande safra catarinense. A produção de Santa Catarina situou-se 76% acima da obtida na safra 1985/86, em que pese as estimativas iniciais indicarem uma colheita em torno de 268 mil t. Diante das elevadas perdas nos armazéns[1], verificou-se, então, que, notadamente a partir do final de fevereiro, a oferta de fato destinada ao mercado, embora maior do que a do ano passado, não era mais considerada excessiva, se bem que ainda fosse suficiente para atender ao abastecimento sem problemas.



Para se ter uma idéia mais precisa, cabe notar que, em Santa Catarina, de acordo com dados da **Cepa**, da produção bruta estimada em 261 mil t, uma vez extraídas as perdas, da ordem de 50%, e a parte destinada ao consumo estadual, além das reservas para sementes, restaram tão-somente cerca de 113 mil t para serem comercializadas fora do estado, enquanto que, no Rio Grande do Sul, segundo informações do **Departamento de Planejamento Agrícola**, da **Secretaria da Agricultura**, a disponibilidade para o mercado deverá ficar em torno de 109 mil t, computando-se perdas entre 30 e 40% da produção calculada em 168 mil t.

No ano passado, bastante estimulados pelos altos preços alcançados durante a comercialização da safra[2], bem como pelas vantagens comparativas que essa cultura passou a oferecer em relação a outras, como o fumo, o feijão, e a mandioca e, além disso, contando com facilidades creditícias[3] e outros benefícios propiciados pelo **Plano de Estabilização Econômica**[4], os produtores de cebola expandiram **demasiadamente** o plantio na região Sul.

Em especial em Santa Catarina, apesar das advertências quanto aos sérios riscos de uma superprodução, a área se expandiu dos 16 mil ha co-

1 O acúmulo de produto mal curado nos armazéns favoreceu o surgimento de doenças fúngicas, o que propiciou o apodrecimento dos bulbos em índice muito superior ao verificado em anos anteriores.

2 Embora o preço médio da cebola tenha sido fixado, em fins de fevereiro do ano passado, em Cz$ 6,80/kg no nível do consumidor, para todo o país, os preços praticados no mercado, notadamente em São Paulo (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 7, julho de 1986), estavam bem acima do **congelado** e, até mesmo, quando o produto passou a ser incluído na tabela da **Sunab**, a partir de junho, as vendas eram realizadas com ágio, em muitas ocasiões.

3 O montante de crédito para financiamento foi de tal porte que mesmo os produtores não tradicionais conseguiram recursos para plantar até 10 ha, enquanto o limite de crédito estabelecido pelo **Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola: 1986/90** para iniciantes era de apenas 2 ha.

4 Esse **Plano**, apesar de, por um lado, ter promovido o congelamento de preços e, portanto, no caso da cebola, frustrado a expectativa de melhores remunerações por parte dos produtores sulistas logo quando foi anunciado, por outro lado, acabou criando uma conjuntura favorável à expansão da atividade agrícola, na medida em que congelou os preços dos insumos e permitiu a redução das taxas de juros.

QUADRO 03 – CEBOLA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E BRASIL 1986 E 1987[1]

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1986	1987	Δ%	1986	1987	Δ%	1986	1987	Δ%
São Paulo	15.770	16.049	1,8	264.283	264.410	0,1	16.759	16.475	–1,7
Santa Catarina[2]	16.666	23.765	42,6	148.426	261.415	76,1	8.906	11.000	23,5
Rio Grande do Sul	17.223	19.562	13,6	107.645	168.497	56,5	6.250	8.613	37,8
Bahia	4.380	...	–	47.124	...	–	10.759	...	–
Pernambuco	3.614	3.000	–17,0	42.032	35.100	–16,5	11.630	11.700	0,6
BRASIL	63.399	67.982[2]	–	635.251	759.745[3]	–	10.020	11.176	–

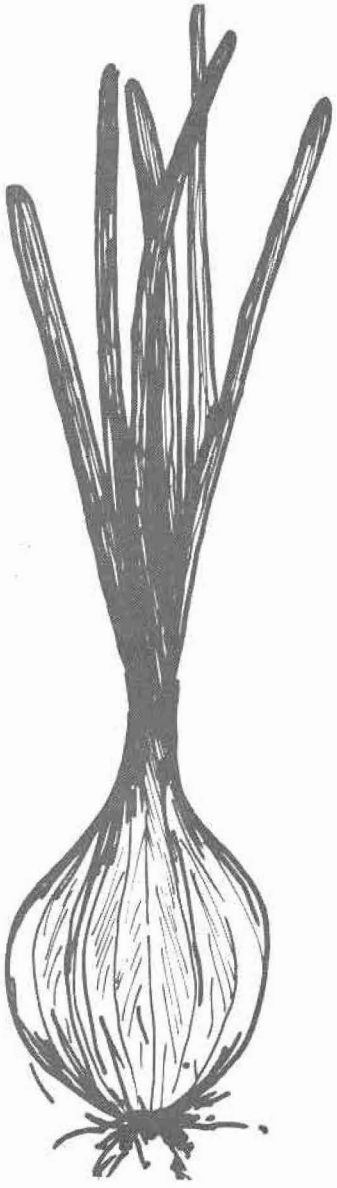
FONTE – FIBGE.
[1] Estimativas de março;
[2] Área colhida, produção e rendimento médio obtidos.
[3] não se tratam, ainda, de estimativas no nível nacional, e portanto, só podem ser comparadas aos resultados alcançados em 1986 na mesma área geográfica, quando foram obtidas 581.774 t, numa área de 57.929 ha;

lhidos no ano passado para 24 mil ha (ver Quadro 03) e, portanto, ultrapassou em muito a meta de 14 mil ha estabelecida para esse estado no **Planace: 1986/90.**

Como estava sendo aguardada uma promissora safra nos estados do Sul, a qual, caso não tivesse sido atingida por adversidades climáticas em janeiro último, fatalmente esbarraria em sérias dificuldades de escoamento, em razão da deficiência de armazenagem, já no início de dezembro, produtores, agentes de comercialização e técnicos da **Secretaria Nacional de Abastecimento,** do **Ministério da Agricultura,** reunidos em **Rio do Sul,** Santa Catarina, apresentaram e discutiram algumas alternativas para amenizar o problema e, ao mesmo tempo impedir queda acentuada dos preços.

Dentre as alternativas apontadas para acelerar a comercialização, foi conseguida a redução do **ICM** em 50% e, além disso, foram feitos alguns estudos visando à colocação do produto excedente no mercado externo. No entanto, as condições climáticas desfavoráveis, ao acarretarem perdas consideráveis, retiraram o excesso de cebola do mercado, reduzindo o desequilíbrio entre oferta e demanda.

Nos dois primeiros meses de 1987, além de o mercado contar com uma oferta abundante, a qualidade dos



bulbos também estava bastante comprometida e, por esses motivos, os preços declinaram acentuadamente, a ponto de os produtores acumularem vultosos prejuízos e, até mesmo, encontrarem dificuldades para saldarem os empréstimos contraídos. Como se pode observar no Quadro 04, até o final de fevereiro, os preços recebidos pelos agricultores, em todos os importantes estados produtores, diminuíram bastante, em relação a dezembro último, quando já estavam em declínio, chegando a atingir níveis bem inferiores aos registrados em igual período de 1986. Outrossim, nos principais mercados atacadistas e varejistas (ver Quadro 05), as cotações apresentaram tendência baixista em janeiro e fevereiro.

Logo no princípio de março, contudo, ou à medida que a pressão de venda por parte dos produtores começou a diminuir e, além disso, o produto deteriorado foi sendo descartado, os preços passaram a reagir ou, pelo menos, a mostrar algum sinal de estabilidade, tanto no nível do produtor (ver Quadro 04), como no atacado e no varejo, conforme se verifica no Quadro 05. Por exemplo, no segmento varejista, até a retirada do tabelamento, em meados de março, os preços praticados no mercado estavam muito acima do preço máximo de Cz$ 5,40/kg fixado para o produto

QUADRO 04 – CEBOLA – BRASIL – PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NOS PRINCIPAIS ESTADOS – 1986-87
(Cz$/kg)

MÊS	SÃO PAULO		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL		BAHIA		PERNAMBUCO	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan	6,74	3,39	5,49	3,50	4,16	3,07	7,73	6,21	5,77	5,37
Fev	7,79	3,27	7,11	2,82	4,30	2,76	9,23	5,27	7,49	4,98
Mar	7,93	4,11	6,86	2,95	5,67	2,41	9,25	5,12	9,18	4,79
Abr	7,77		6,32		4,56		10,55		9,17	
Mai	5,28		6,47		4,03		9,57		8,88	
Jun	5,81		6,01		4,87		9,41		9,38	
Jul	7,66		6,11		4,27		9,27		8,30	
Ago	6,56		6,33		4,65		9,02		8,40	
Set	6,64		6,65		4,98		7,05		6,65	
Out	6,92		6,56		4,68		7,94		6,51	
Nov	6,91		6,34		4,60		9,61		6,66	
Dez	5,88		4,97		4,60		8,35		5,84	

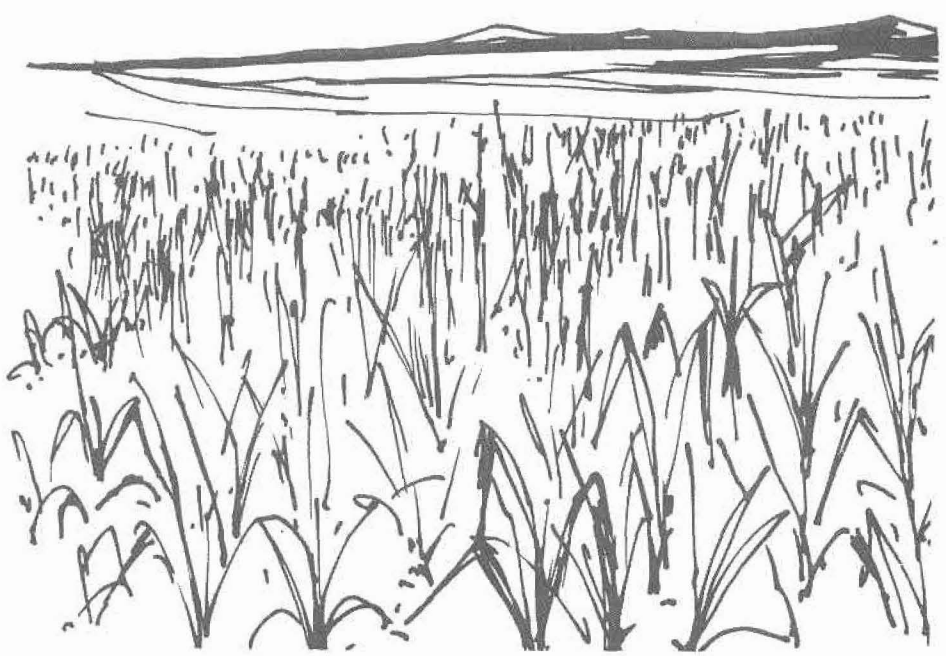
FONTE – FGV/Ibre/Cea.
[1]Preços corrigidos pelo IGP-DI, para março de 1987.

no nível do consumidor (de acordo com a **Portaria Super nº 42,** da **Sunab** de 13/02/87), verificando-se a prática do ágio.

Já em abril, os preços continuaram aquecidos, em uma tendência que se vem mantendo, uma vez que os agentes envolvidos no processo de comercialização (como os atacadistas e grandes redes varejistas[5]) e mesmo alguns produtores tradicionais, bastante conhecedores do mercado, estão retendo o produto, com o intuito de liberar os estoques de forma gradativa. É provável que, até fins desse mês, apenas Santa Catarina e Rio Grande do Sul estejam suprindo o abastecimento, pois a colheita de bulbinho de Piedade, São Paulo, próxima safra a entrar no mercado, apresenta-se atrasada, em decorrência da demora na liberação do crédito.

De maio em diante, além do produto do Sul (possivelmente até junho, embora com pequena quantidade o Rio Grande do Sul e Santa Catarina ainda estarão participando da comercialização) começarão a ingressar no mercado a colheita de bulbinho de São Paulo e a safra das híbridas da região do médio São Francisco que, em virtude, basicamente, da acentuada redução da área de plantio em Pernambuco, deverá ser bem inferior à safra passada.

Em Pernambuco, é esperado decréscimo de 17% na área plantada em relação à colhida em 1986 e conseqüente quebra na produção, avaliada em torno de 35 mil t (ver Quadro 03). Esse ano, sem contar com facilidades creditícias (o montante de crédito destinado à cultura foi muito restrito, tanto que o valor do financiamento liberado pelos bancos ficou bem



5 Note-se que, no mercado varejista de São Paulo, mesmo declinando ligeiramente em março, em relação ao mês anterior, as cotações da cebola já estavam bastante elevadas e, até superiores às praticadas no varejo do Rio de Janeiro (ver Quadro 03).

QUADRO 05 – CEBOLA – SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1986-87

MÊS	SÃO PAULO ATACADO-CEAGESP-TERMINAL				VAREJO		RIO DE JANEIRO ATACADO-CEASA/RJ – UNIDADE GRANDE RIO				VAREJO	
	Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (Cz$/t)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (Cz$/t)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan	4.951	6.119	10.469,84	4.684,55	16,47	10,66	3.863	4.535	10.847,07	4.933,87	11,53	7,40
Fev	4.522	5.539	9.370,94	4.413,70	15,15	10,15	5.565	3.532	9.158,89	4.519,50	12,84	6,82
Mar	4.933	6.345	7.724,54	6.150,00	11,61	9,45	3.619	3.814	8.658,27	6.170,00	11,32	8,25
Abr	5.610		8.094,02		13,15		3.786		7.820,81		11,39	
Mai	5.688		8.421,99		13,57		3.494		7.625,41		11,20	
Jun	4.715		8.138,00		13,16		3.508		8.449,57		11,04	
Jul	4.166		9.287,95		10,89		3.598		8.312,04		10,62	
Ago	5.525		7.857,49		11,52		4.404		5.363,42		11,41	
Set	6.054		6.947,78		10,79		4.948		6.635,70		10,54	
Out	5.560		8.448,82		11,49		4.382		8.959,15		11,44	
Nov	5.329		6.943,49		12,35		4.523		7.463,74		11,21	
Dez	5.300		4.871,91		12,08		3.837		5.160,05		8,70	

FONTE – Atacado – Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal – Minagri.
Varejo – SP – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado;
RJ – FGV/Ibre – Centro de Estatística de Preços.
[1]Preços corrigidos pelo IGP-DI, para março de 1987.

abaixo do custo de produção) e ainda bastante desestimulados, ante à expectativa de uma supersafra na região Sul[6], os produtores de cebola de vários municípios pernambucanos acabaram optando por outras culturas, destacando-se o arroz irrigado, o melão e o tomate.

Em relação à Bahia, ainda não existem dados disponíveis para que se possa dimensionar o total da safra. Segundo informações da **Cepa/BA**, além de os financiamentos bancários, depois de reajustados em muitas regiões do estado, terem ficado mais próximos do custo real de produção, os produtores também foram estimulados pelos altos preços alcançados na comercialização, de modo que, só na safra básica, deverá ser cultivada uma área de 2.340 ha, sendo esperada uma produção equivalente a 47 mil t, que poderá ser reavaliada para menos, tendo em vista que as chuvas registradas no final de março vêm acarretando quebra de produtividade.

Devido à menor produção de Pernambuco, a oferta de cebola no mercado, ainda que consiga suprir o abastecimento, não deverá desaquecer os preços nos próximos meses ou, pelo menos, até agosto, quando se inicia a comercialização da safra dos municípios paulistas de Monte Alto, São José do Rio Pardo e Mirandópolis. Naturalmente, o comportamento do mercado nessa ocasião vai depender da quantidade colhida.

É justamente por causa dessa tendência de alta que os segmentos ligados à comerciaização de cebola estão retendo os bulbos de melhor qualidade e os produtores, por sua vez, também estão novamente estimulados a expandirem a área de plantio da próxima safra da região Sul[7].



6 Apesar da reversão dessa expectativa, já que as vultosas perdas de produto no Sul acabaram por propiciar a recuperação dos preços, os produtores mantiveram suas intenções de plantio e, é possível que apenas na definição da safra temporã (colhida de setembro a dezembro), animados pelas altas cotações, decidam ampliar a área de cebola.

7 Segundo a **Cepa/SC**, para evitar os vultosos prejuízos verificados esse ano, a **Coordenadoria de Articulação da Produção e do Abastecimento**, da **Secretaria do Abastecimento e da Irrigação de Santa Catarina**, já enumerou algumas sugestões a serem encaminhadas ao **Banco Central** com vistas a controlar o financiamento destinado à cultura de cebola e, asssim, organizar a próxima safra.

MAÇÃ

Há alguns anos, fazem-se tentativas para consecução da auto-suficiência, que agora parece próxima. Persiste, contudo, a preferência pela maçã argentina, que também oferece vantagens ao comércio

No início de abril, o governo federal, através do **Ministro da Agricultura**, anunciou o **Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã — 1987-1990**, elaborado em fevereiro deste ano.

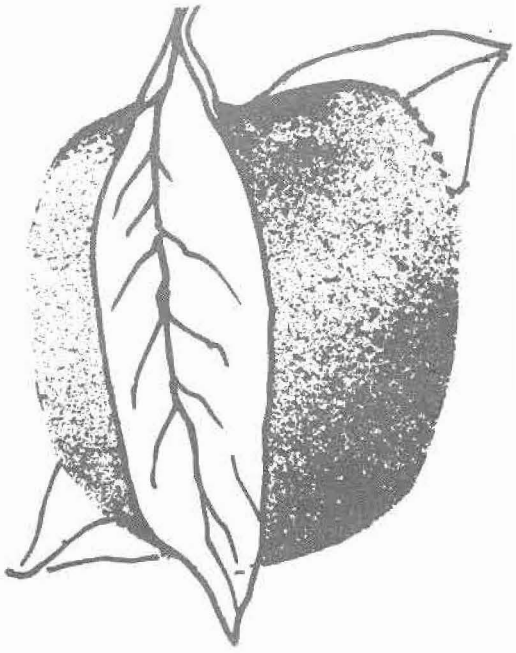
O **Programa** é a tentativa mais completa, desde 1980, de sistematizar medidas necessárias à consecução da auto-suficiência da fruta, retomando processo iniciado há anos. Cabe destacar, entre as propostas anteriores com o mesmo fim, o **Profit — Programa de Fruticultura de Clima Temperado**, de Santa Catarina, que, nos anos setenta, provocou maior interesse pela atividade.

Já em 1978, **Agroanalysis** (volume 2, nº 9, maio de 1978) assinalava que, no que se refere à maçã, "análise objetiva das condições brasileiras revela, porém, que o aumento de produção e, conseqüentemente, a redução da importação não é meta de fácil alcance. A deficiente infra-estrutura do setor, no que se refere à fitotecnia, armazenagem e escoamento da produção, constitui obstáculo que exige grandes investimentos de longo prazo de maturação".

Havia, no entanto, condições para o sucesso do empreendimento, pois, como registra o **Programa**, as 48 mil t aqui produzidas, em 1980, passaram a 226 mil t em 1986, colhidas de 30 milhões de macieiras, em 26,6 mil ha. Calcula-se que cerca de 100 mil pessoas ocupam-se nesta lavoura.

Os objetivos expressos no novo texto são ambiciosos: atendimento de 97% da demanda interna pela fruta *in natura*, em 1990, o que equivalerá a uma produção estimada em 370 mil t (calcula-se uma produção total, incluindo a com fins industriais, de 410 mil t, o que reduziria o déficit das 60 mil t estimadas em 1987, para pouco mais de 10 mil t conforme o Quadro 06). A capacidade estática de frigorificação deverá crescer 118,5 mil t, nos quatro anos do **Programa**, atingindo 235,5 mil t. Os recursos para a concretização desta meta vão de 3,6 milhões de **OTN**, em 1987, a 5,3 milhões de **OTN**, em 1990.

As medidas necessárias ao sucesso do **Programa** abrangem a produção no campo e o escoamento e comercialiação final da maçã e as estratégias a serem seguidas exigem atuação conjunta de grande número de entidades ligadas ao **Setor Agrícola**. Mencionam-se, especificamente, a **CFP**, o



QUADRO 06 — BRASIL — ESTIMATIVA DE DISPONIBILIDADE DE MAÇÃ NACIONAL PARA ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO — 1987-90

ESTIMATIVA	1987	1988	1989	1990
1. Demanda projetada (t)	320.000	340.000	360.000	380.000
2. Produção nacional bruta ("in natura" + industrial) (t)	285.381	316.987	357.815	409.909
3. Produção nacional destina ao mercado in natura (t)	259.911	286.297	321.865	369.939
(caixas de 20 kg)	12.995.550	14.314.850	16.093.250	18.496.950
4. Déficit (1—3) (t)	60.089	53.703	38.135	10.061
(caixas de 20 kg)	3.004.450	2.685.150	1.906.750	503.050

FONTE — Reunião Técnica Grupo Maçã — Curitiba-PR — 30/10/86.
ELABORAÇÃO — Grupo de Trabalho — Ministério da Agricultura.

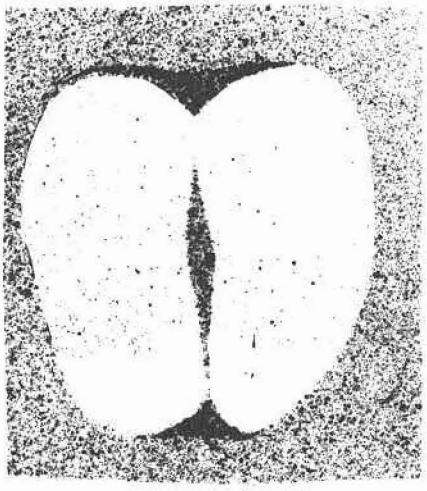
QUADRO 07 – BRASIL – PRODUÇÃO DE MAÇÃ – SAFRA 1986/87

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (mil frutos)	RENDIMENTO MÉDIO (frutos/ha)
Santa Catarina	10.601	1.037.130	97.833
Rio Grande do Sul	6.660	594.879	89.321
Paraná	3.000	210.000	70.000
São Paulo	1.487	67.543	45.422
Outras	233	2.294	9.845
BRASIL	21.981	1.911.846	86.977

FONTE – IBGE.

Banco Central, a **Embrapa, CSM, Snad, Embrater, Senar, Senacoop, Incra, Cibrazem, Cobal, Snab, IBGE**, mais organismos estaduais e associações empresariais e de classe. No caso do **IBGE**, a solicitação da inclusão da maçã no levantamento sistemático da produção agrícola já foi atendida, a partir de fevereiro (ver Quadro 07 e **Agroanalysis**, volume 11, nº 2, fevereiro de 1987, seção **Comportamento das Lavouras**).

Cabe registrar, contudo, que o clima, tão propício na safra deste ano, em linhas gerais, provocou danos razoáveis à produção. A **ABPM – Associação Brasileira dos Produtores de Maçã** avaliou a quebra da safra, em meados de abril, em 30%. A produção deste ano seria um novo recorde, com 185 mil t esperadas.



O sucesso do **Programa** dependerá, além do entrosamento das entidades envolvidas e, como sempre, de fatores climáticos, da situação das importações (ver Quadro 08). O consumidor brasileiro ainda parece preferir a fruta argentina, o que pode ser visto na melhor margem de comercialização de que dispõe, no mercado brasileiro, por alcançar preços superiores aos da similar nacional, sendo adquirida mais barato. Além disso, a atual situação econômica mundial tem levado os governos brasileiro e argentino a promoverem acordos bilaterais, entre os quais se inclui a comercialização de produtos agrícolas, notadamente a maçã. Com a frustração da atual safra, possivelmente serão adquiridas mais do que as 70 mil t estimadas para 1987.

Com vistas a salvaguardar os interesses dos produtores brasileiros, o **Programa** propõe:

a) solicitar à **Carteira de Comércio Exterior – Cacex**, quando das importações de maçã, vincular sua entrada a classes e tipos mais convenientes ao consumo nacional, permitindo somente a admissão de produto embalado, tipo extra, em classe (tamanho) compreendida entre 88 e 150 frutas por caixa;

b) solicitar à **Secretaria Nacional da Defesa Agropecuária – Snad**, o estabelecimento de normas de fiscalização fitossanitária e toxicológica para todos os lotes de maçãs efetivamente **internalizados** no país;

c) solicitar à **Cacex**, à **Cingra** e à **Snab** proteção ao similar nacional em toda linha de produtos industrializados.

QUADRO 08 – BRASIL – CRONOGRAMA DE DISCIPLINAMENTO DAS IMPORTAÇÕES DE MAÇÃ – 1987-1990

PERÍODO/ VOLUMES	1987		1988		1989		1990	
	Caixas[1]	Toneladas	Caixas[1]	Toneladas	Caixas[1]	Toneladas	Caixas[1]	Toneladas
Teto máximo de importações no ano	3.500.000	70.000	3.050.000	61.000	2.700.000	54.000	1.000.000	20.000
Cronograma anual								
Janeiro	200.000	4.000	200.000	4.000	200.000	4.000	200.000	4.000
Fevereiro a maio	0	0	0	0	0	0	0	0
Junho a agosto								
– por mês	200.000	4.000	200.000	4.000	100.000	2.000	100.000	2.000
– no período	600.000	12.000	600.000	12.000	300.000	6.000	300.000	6.000
Setembro a dezembro								
– por mês	(livre)	(livre)	–	–	–	–	–	–
– no período	2.700.000	54.000	2.250.000	45.000	2.200.000	44.000	500.000	10.000

FONTE – Reunião Técnica Grupo Maçã – Curitiba-PR – 30/10/86.
ELABORAÇÃO – Grupo de Trabalho – Ministério da AGricultura.

ÁLCOOL

Há perspectiva de crise na atividade sucroalcooleira, derivada de uma conjuntura atípica, em que coincidiram o aumento do consumo de açúcar e álcool e a quebra da safra do Centro-Sul.

Em setembro de 1986, **Agroanalysis** identificava como problema crônico do **Proálcool** o excesso de produção que se vinha acumulando em cada safra, com enorme pressão dos produtores, para que se gerassem novos estímulos ao consumo. Mencionava,então, que, com o **Programa de Estabilização Econômica** e o aumento observado no consumo de combustíveis, o desequilíbrio entre oferta e procura do álcool ficaria momentaneamente resolvido.

Já em fevereiro deste ano, porém, a situação da atividade sucroalcooleira inverteu-se. O **IAA** antecipou para maio a comercialização da safra 1987/88, alegando a falta de açúcar e de álcool no mercado interno, além de propor a redução no consumo de álcool carburante e nas exportações de açúcar, em um momento em que é desejável a obtenção de crescentes superávits na balança comercial, alertando, ainda, para a situação crítica da safra 1988/89, quando as importações de açúcar poderão ser inevitáveis.

Por que essa mudança de expectativa em relação à atividade, em tão curto período?

Em estudo encaminhado ao **Ministério da Indústria e do Comércio,** no dia 20 de janeiro último, o **IAA** apontou para a gravidade da situação, com base em projeção da atual conjuntura. O Quadro 09 resume as principais conclusões do **Instituto.**

Em relação ao álcool, a produção realizada na safra 1986/87, inferior em 12,2% ao valor previsto, aliada ao fato de que o consumo interno superou em 8,3% a previsão inicial, explicam os baixos estoques de passagem verificados para 1987/88, tendo que **entrar** em 275 milhões de litros nos estoques de segurança.

Mais tarde, o **IAA** fez projeções referentes à safra 1987/88, adotando determinadas hipóteses em relação à demanda, tais como: redução do atual nível de 22% da mistura carburante para 18%; diminuição do consumo mensal

QUADRO 09 – BRASIL – BALANÇO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, EM TERMOS FÍSICOS, RELATIVOS ÀS SAFRAS 1986/87 E 1987/88

ESPECIFICAÇÃO	ÁLCOOL (mil m³)		AÇÚCAR (mil t)	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1) Estoque de passagem 1985/86	3.846	3.761	837	837
2) Produção 1986/87	11.728	10.299	8.560	8.310
3) Disponibilidade	15.574	14.060	9.397	9.147
4) Consumo Interno	11.507	12.460	6.074	6.900
5) Exportação	300	200	2.700	2.500
6) Estoque de passagem 1986/87	3.767	1.400	623	–253
7) Estoque de segurança	1.610	1.675	623	623
8) Diferença de estoques (6)-(7)	2.157	–275	...	...
9) Produção 1987/88	12.878		7.740	
10) Disponibilidade [(6) Realizado + (9) Previsto]	14.278		7.487	
11) Consumo interno	13.636		6.445	
12) Exportação	100		1.000	
13) Estoque de passagem	542		42	
14) Estoque de segurança	2.072		42	
15) Diferença de estoques (13)-(14)	–1.530		...	

FONTE – IAA.

QUADRO 10 – BRASIL – CONSUMO APARENTE E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL – 1980-86
(Em mil m^3)

ANO	CARBURANTE Anidro	CARBURANTE Hidratado	INDÚSTRIA QUÍMICA	OUTROS FINS	EXPORTAÇÃO	CONSUMO APARENTE GLOBAL	PRODUÇÃO
1981	1.037	1.501	118	283	157	3.096	4.207
1982	2.015	1.680	235	346	285	4.561	5.618
1983	2.265	2.882	400	388	346	6.281	7.950
1984	2.006	4.145	486	312	851	7.800	9.201
1985	2.044	5.542	500	340	352	8.788	11.564
1986	2.443[1]	8.235[1]	500[2]	450[2]	300[2]	11.928	9.963

FONTE – IAA/CNP/Abiquim/MME.
[1] Dado obtido na Petrobrás;
[2] estimativa IAA.

de 255 litros por veículo/mês para 235 litros; manutenção da venda de novos veículos a álcool em torno de 705 mil unidades; e redução nas exportações para 100 milhões de litros. Mesmo com a adoção dessas hipóteses, chegar-se-ia ao final da safra com um estoque de passagem de 542 milhões de litros de álcool, recorrendo-se, assim, aos estoques de segurança, em 1,5 bilhão de litros.

A situação do **açúcar** não é mais favorável. Apesar de a produção ter-se mantido relativamente dentro das expectativas, em 1986/87, o consumo interno elevou-se em 13,6%, fazendo com que, no final dessa safra, não se tenha estoque de açúcar para o mercado interno. Ao contrário, terão sido consumidas 253 mil t de açúcar de exportação, cujos embarques terão que ser retardados pelo **IAA**, para que não ocorra falta para atendimento do consumo interno.

Visando a atender ao mercado brasileiro, o **IAA** prevê a necessidade de se reduzirem as exportações, já na safra 1987/88, para 1 milhão de t. "Essa retração do Brasil no mercado livre mundial de açúcar provocará elevação dos preços vigentes naquele mercado, sem que o nosso País possa usufruir das vantagens dessa política".

O referido documento do **IAA** identifica, em 1986/87, distorções na política governamental, que o vêm prejudicando sensivelmente. Assim, "a falta de lucratividade reinante no setor desestimulou ou impediu o aumento da área plantada, a renovação dos canaviais e a realização de adequados tratos culturais. A conseqüência imediata do fato será uma área a ser colhida na safra 1987/88 igual à da safra ora em curso".

Essa perspectiva de **crise** na atividade sucroalcooleira, assentada sobre uma oferta de produtos inferior às necessidades da demanda, foi traçada a partir de uma **situação conjuntural atípica**, que caracterizou 1986. Neste ano, ocorreu a coincidência da **expansão do consumo** de açúcar e álcool no mercado interno (provocada pela implantação do **Plano Cruzado**), com a **quebra de produção** da região Centro-Sul, conseqüência da falta de chuvas, no segundo semestre de 1985.

Assim, o Quadro 10 confirma o problema com o qual o **Proálcool** sempre teve que conviver, ou seja, a produção de álcool muito acima da demanda global (consumo interno + exportações), apesar do extraordinário ritmo de crescimento desta última. Em 1986, essa situação inverteu-se, face à quebra verificada na produção de álcool, agravada com a significativa expansão do consumo de álcool carburante hidratado.

Em contraste, a produção de **açúcar** sempre manteve certo equilíbrio com a demanda global, com a eventual formação de pequenos estoques (ver Quadro 11). É interessante observar o

QUADRO 11 – BRASIL – CONSUMO APARENTE E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR – 1980-86

ANO	CONSUMO INTERNO APARENTE (10^3 t)	EXPORTAÇÃO[1] (10^3 t)	CONSUMO APARENTE GLOBAL (10^3 t)	PRODUÇÃO
1980	5.890	2.569	8.459	7.844
1981	5.521	2.583	8.104	8.258
1982	5.740	2.669	8.409	8.496
1983	5.573	2.721	8.294	9.067
1984	5.849	2.913	8.762	8.777
1985	5.722	2.490	8.212	7.995
1986	6.188	2.429	8.617	7.537

FONTE – IAA.
[1] Correspondem às quantidades liberadas para exportação.

comportamento relativamente estável do consumo interno e das exportações, no período analisado. Em 1986, todavia, essa situação complicou-se, com a ocorrência de um déficit de produção de 12,5%, tendo-se, então, que recorrer ao adiamento dos contratos de exportação já firmados.

Também no que se refere à **cana-de-açúcar**, vale notar que, entre 1980 e 1986, a área cultivada no Brasil só se expandiu, sobretudo no Centro-Sul (ver Quadro 12). Essa expansão, mais os aumentos de rendimento agrícola e industrial obtidos, possibilitaram tanto o crescimento acentuado da oferta de álcool, quanto a estabilização da produção de açúcar nos níveis desejados(1) durante esse período, à exceção do ano passado.

Em virtude da seca no Centro-Sul, principalmente em São Paulo, a safra 1986/87 apresentou considerável redução no total da cana moída (ver Quadro 13). É interessante observar o efeito diferenciado dessa redução: enquanto a quantidade de cana moída para açúcar manteve-se praticamente estável, mostrando elevação de 2,4% em relação à safra anterior, o total para álcool apresentou queda de 5,5%.

Visando a resolver o problema de escassez de álcool e também de açúcar, anunciado recentemente pelo **IAA**, a **Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cenal)** aprovou, em fevereiro, quinze novos projetos, que serão instalados com recursos próprios e, quando concluídos, permitirão aumento de 215 milhões de litros/safra à atual capacidade instalada de 16 bilhões de litros/safra. Vale lembrar que, desde 1985, a **Cenal** não aprova novos projetos.

(1) A gravosidade das exportações de açúcar, a partir de 1982, não tornava atraente ampliar significativamente os totais destinados para o mercado externo.

QUADRO 12 – BRASIL – ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR – 1980-86

ANO	CENTRO-SUL		NORTE-NORDESTE		BRASIL	
	Em mil ha	Índice	Em mil ha	Índice	Em mil ha	Índice
1980	1.711,7	100	963,9	100	2.675,6	100
1981	1.887,3	110	1.032,3	107	2.919,5	109
1982	2.256,3	132	1.106,6	115	3.362,9	126
1983	2.533,3	148	1.187,0	123	3.720,3	139
1984	2.633,0	154	1.234,1	128	3.867,2	145
1985	2.868,3	168	1.297,0	135	4.165,3	156
1986[1]	2.971,3	174	1.387,6	144	4.358,9	163

FONTE – IAA/DAP.
[1] Estimativa IAA/DAP.

QUADRO 13 – BRASIL – CANAS MOÍDAS, SEGUNDO O DESTINO 1980/81 – 1986/87

SAFRA	PARA AÇÚCAR		PARA ÁLCOOL		TOTAL
	Quantidade (10^3 t)	Participação (%)	Quantidade (10^3 t)	Participação (%)	(10^3 t)
1980/81	94.681	71	37.813	29	132.494
1981/82	91.081	68	42.205	32	133.286
1982/83	101.981	61	64.675	39	166.656
1983/84	105.149	53	92.856	47	198.005
1984/85	96.697	48	106.170[1]	52	202.867
1985/86	83.003	37	140.670[2]	63	223.673
1986/87[3]	85.020	39	132.980	61	218.000

FONTE – IAA.
[1] Incluídas 1.033.000 t de canas destinadas à produção de mel rico;
[2] idem 2.700.000 t;
[3] estimativa IAA/DCP.

Entretanto, a solução para a crise atual de abastecimento de álcool e açúcar **não** está na ampliação e/ou modernização da capacidade industrial instalada. Pelo menos, por enquanto, pois a produção realizada tem ficado bem aquém da capacidade instalada.

No referido documento, o **IAA** baseou-se na conjuntura de 1986 para pedir às autoridades governamentais que fossem tomadas medidas, a seu entender imprescindíveis à atividade sucroalcooleira, quais sejam:

"1) aumento da remuneração recebida pelos produtores de cana, álcool e açúcar, de modo a proporcionar lucratividade ao esforço de produção, tornando possível o retorno do investimento;
2) concessão de financiamento às unidades agroindustriais e seus fornecedores de modo a viabilizar, de imediato, os investimentos necessários;
3) saneamento financeiro do setor, com o objetivo de recolocar grande número de empresas em condições de viabilidade."

De fato, o momento atual é decisivo para os interesses da atividade, porque precede importantes definições políticas que devem ser adotadas brevemente. Em maio, deverá entrar em vigor novo **Plano de Safra** e novos preços aos produtores serão concedidos, além do que a antiga intenção do governo de retirada de subsídios ganhará contornos decisivos, ainda este ano.

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES, economista do Ibre-Convênio IAA.

FEIJÃO NO RIO GRANDE DO SUL

As lavouras são mantidas por produtores descapitalizados, faltam insumos, pouco se recorre ao crédito de custeio e sua localização é topograficamente inadequada. A insegurança e baixa rentabilidade da comercialização compõem o quadro de uma atividade carregada de problemas

Até 1974, o Rio Grande do Sul era o quarto principal estado produtor de feijão, no país, superado apenas pelo Paraná, Minas Gerais e Bahia. As 152.712 t colhidas naquele ano representaram 6,8% da produção brasileira (ver Quadro 14). Em 1985, posicionou-se em sexto lugar, com 138.221 t produzidas, sendo superado também por São Paulo e Santa Catarina. Nesse mesmo ano, participou com 5,4% da produção (ver Gráfico 01). Essa queda deveu-se,notadamente, à expansão da soja nos últimos anos e à falta de uma política de incentivo ao feijão que, contudo, é um dos alimentos básicos da população brasileira.

A área de 204.344 ha plantada em 1985 foi semelhante à de 1978 (ver Quadro 14). Anteriormente ao período de ascensão do cultivo da soja, o feijão chegou a ocupar 274.435 ha, em 1968, correspondendo a 6,4% da área plantada com as principais culturas do estado. Tal participação veio decrescendo gradativamente e, em 1984, a área do feijão representou apenas 2,6% do total das principais culturas (ver Gráfico 02).

QUADRO 14 – FEIJÃO – ÁREA DE PLANTIO E PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, PRODUÇÃO DO BRASIL E PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO GAÚCHA NA PRODUÇÃO BRASILEIRA – 1974-85

ANO	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	PRODUÇÃO GAÚCHA/ PRODUÇÃO DO BRASIL (%)
	Área de Plantio (ha)	Produção (t)	Produção (t)	
1974	189.279	152.712	2.238.012	6,8
1975	187.653	155.624	2.282.466	6,8
1976	182.000	140.300	1.840.315	7,6
1977	175.000	109.500	2.290.007	4,9
1978	203.700	132.300	2.193.977	6,0
1979	178.300	136.700	2.186.343	6,2
1980	205.546	80.378	1.968.165	4,1
1981	213.671	127.683	2.340.947	5,4
1982	213.671	146.928	2.902.657	5,1
1983	187.347	92.445	1.586.993	5,8
1984	196.682	133.097	2.621.009	5,1
1985	204.344	138.211	2.547.925	5,4
1986	219.360	58.943	2.299.230	2,6

FONTE – FIBGE, FEE/RS.
Elaboração – CFP/AGSUL/SIAEC.

Situação Atual

Em 1985, a zona climática **preferencial** contribuiu com 121.927 ha de área colhida, representando 60% da área total da cultura no estado e 60% da produção daquele ano.

A zona climática **tolerada**, por sua vez, contribuiu com 27.130 ha, 13% da área total da cultura do estado, e 11% da produção de feijão em 1985

Dos 244 municípios gaúchos, todos cultivam feijão **preto** e, aproximadamente, 110 destinam pequenas áreas ao feijão **rajado** e/ou de **cores**. A média de área cultivada por município é de 837 ha.

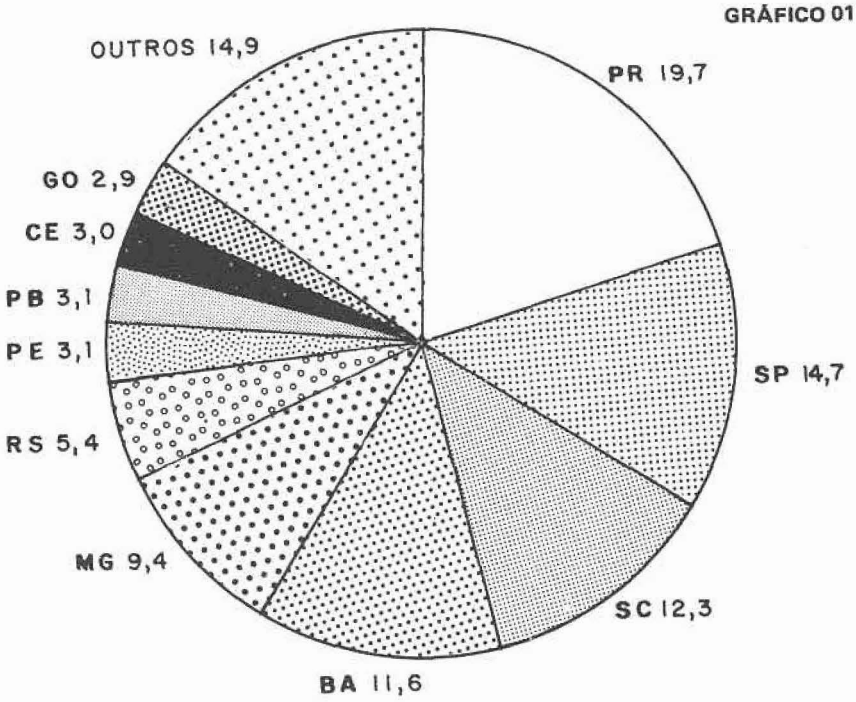
A área média de plantio por propriedade é de 1 ha e existem, aproximadamente 200 mil produtores no estado. Desse total, 97% são pequenos, localizados, principalmente, nas microrregiões homogêneas **Colonial de Iraí, Colonial de Erechim, Passo Fundo, Soledade** e **Fumicultora de Santa Cruz do Sul**. Segundo dados da **Fecotrigo**, aproximadamente 33% da área de feijão são consorciados com outras culturas, sendo 98,5% com o milho e 1,5%, com a soja.

Tecnologia Aplicada

A tecnologia empregada é ainda bastante rudimentar e poucos são os produtores que adotam as técnicas recomendadas pela **Emater** (ver Quadro 15). Os fatores determinantes para a estagnação tecnológica da atividade

FEIJÃO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO BRASILEIRA – 1985

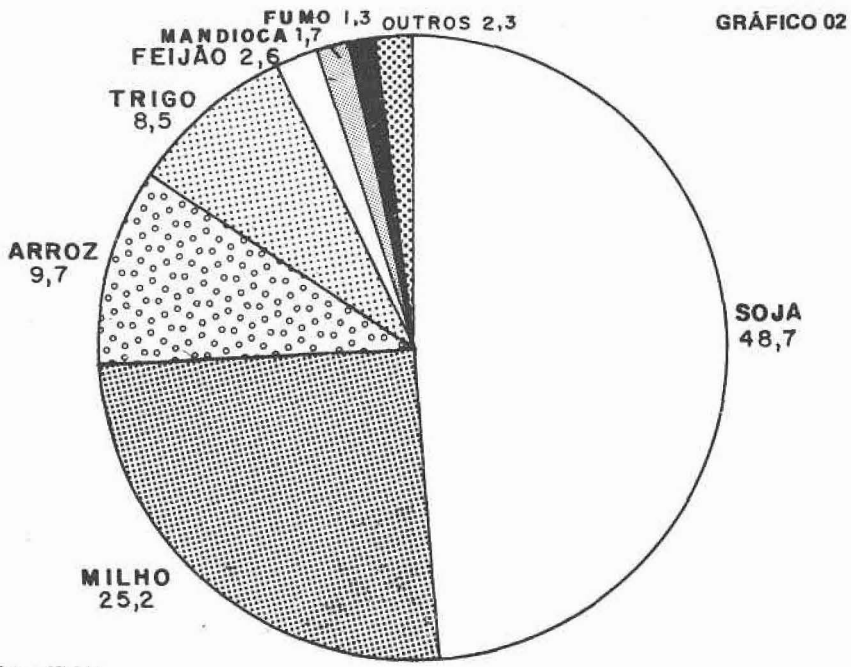
GRÁFICO 01



FONTE – IBGE.

RIO GRANDE DO SUL – ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS – 1984

GRÁFICO 02



FONTE – IBGE.

QUADRO 15 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – PERCENTUAL MÉDIO DA ÁREA QUE UTILIZA SEMENTES FISCALIZADAS E INSUMOS QUÍMICOS – 1980

INSUMO	PERCENTUAL MÉDIO
Sementes fiscalizadas	25,5
Fertilizantes	40,7
Corretivos	12,4
Defensivos	16,8

FONTE – CFP/Agsul/Siaec.

são: 1) descapitalização dos produtores; 2) insuficiência na disponibilidade de alguns insumos, sobretudo de sementes fiscalizadas; 3) reduzida utilização do crédito de custeio; 4) concentração das lavouras em área de topografia inadequada; 5) insegurança e baixa rentabilidade da comercialização do produto e 6) alta freqüência de adversidades climáticas nas últimas safras.

Da mesma forma, a participação das lavouras mecanizadas na área total de plantio é de apenas 7,6%, enquanto 92,4% da área estão ocupadas com plantios convencionais. Nestes últimos, geralmente, são utilizados animais de tração (cavalo ou junta de bois) nos trabalhos de preparo do solo, dragagem, transporte interno, correção do solo, adubação, semeadura e capina. A mão-de-obra é, geralmente, do produtor e sua família e a contratação de terceiros só ocorre em caráter eventual, na época de colheita e trilha.

Crédito Rural

A cultura tem-se beneficiado modestamente dos recursos financeiros destinados à agropecuária gaúcha, nos últimos anos. Podem-se apontar os seguintes fatores como os responsáveis por essa situação: 1) desinformação dos produtores no que diz respeito à **Política de Garantia de Preços Mí**ni-

mos; 2) entraves burocráticos nos procedimentos bancários; 3) atraso na liberação dos recursos e 4) o grande número de pequenos produtores, que, em sua grande maioria, não dispõem de infra-estrutura de armazenagem adequada nas propriedades rurais. Por esses motivos, enfrentam sérias dificuldades na comercialização do produto.

QUADRO 16 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – VALOR DOS RECURSOS DESTINADOS DO PRÉ-EGF – 1983-86

ANO	COOPERATIVA	PRODUTOR	RECURSOS (Cz$/CORRENTES)
1983	02	2.900	315.000
1984	05	26.780	3.010.000
1985	05	27.825	5.700.000
1986	01	4.100	5.000.000

ELABORAÇÃO – CFP/Agsul/Siaec.

Crédito de Custeio

Segundo informações obtidas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas, apenas 40% da área são financiados com recursos do crédito de custeio, sendo que 52% dos produtores consideram suficientes os recursos disponíveis para a utilização de tecnologia apropriada.

Aproximadamente 27% dos produtores encontram facilidades de acesso ao crédito de custeio nas agências do **Banco do Brasil,** enquanto os demais 73% afirmam ter dificuldades.

A participação dos produtores na tomada de **Pré-EGF** tem-se reduzido gradativamente, a partir de 1981, com número diminuto de cooperativas atendidas por este **Programa** (ver Quadro 16). Em 1986, apenas uma cooperativa foi beneficiada com o Programa **Pré-EGF**. Essa redução é justificada pelos seguintes motivos: 1) altos custos dos financiamentos, 2) deficiente infra-estrutura de comercialização das cooperativas e 3) atuação dos **atravessadores**, que adquirem feijão dos mini e pequenos produtores diretamente nas propriedades rurais, pagando à vista e a preços, às vezes, superiores aos praticados pelas cooperativas.

Empréstimos do Governo Federal (EGF)

De 1982 a 1985, os produtores foram beneficiados com uma média de 11% dos recursos de **EGF** para o feijão, em todo o país (ver Quadro 17).

Por outro lado, no período de 1979 a 1985, os **Empréstimos do Governo Federal** têm financiado uma média de 8,7% da produção (ver Quadro 18), ficando muito aquém do volume de financiamento destinado a outras culturas, como, por exemplo, a soja, com uma média de 35,4% e o arroz, com 37,7%, no mesmo período (ver Quadro 18).

Comercialização

Apesar de o Rio Grande do Sul ter-se tornado importador de feijão, nos últimos anos, os produtores gaúchos têm enfrentado uma série de obstáculos na comercialização de suas próprias safras, o que dificulta a obtenção de uma rentabilidade estável e compensatória.

Tanto as adversidades climáticas (freqüentes nas últimas safras) que afetam a quantidade e a qualidade do produto, como a agressividade da atuação

QUADRO 17 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – PRODUÇÃO E QUANTIDADE FINANCIADA POR EGF – 1979-86
(em Cz$ correntes)

ANO	PRODUÇÃO (t)	QUANTIDADE FINANCIADA POR EGF (t)	VALOR (Cz$ correntes)	QUANTIDADE FINANCIADA/ PRODUÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO RS NO NO BRASIL (t)
1979	136.700	6.566	41.043	4,8	4,7
1980	80.378	933	13.227	1,2	3,6
1981	127.683	5.300	214.828	4,1	4,1
1982	146.929	35.436	2.340.570	24,1	12,3
1983	92.445	10.065	1.173.179	10,9	13,6
1984	133.097	7.622	2.565.643	5,7	8,3
1985	138.211	13.646	20.226.000	9,9	9,1
1986[1]	58.943	4.536	20.633.000	7,7	4,2

FONTE – CFP.
Elaboração – CFP/Agsul.
[1] Parcial, até 20/10/86.

dos **atravessadores**, que se aproveitam da deficiência do sistema cooperativo, das dificuldades de transporte e da deficiente infra-estrutura de armazenagem nas propriedades rurais, são fatores determinantes da má rentabilidade do produto comercializado. Além desses fatores, deve ser mencionada a pequena utilização dos recursos de **EGF** pelos produtores e as dificuldades enfrentadas para a sua efetivação, o que obriga a vendas a preços aviltados.

Segundo informações obtidas nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas cooperativas, 82,6% dos produtores defrontam-se com estes problemas. Os recursos aplicados em **AGF** são diminutos (ver Quadro 19).

QUADRO 18 – RIO GRANDE DO SUL – COMPARATIVO DOS RECURSOS DE EGF DESTINADOS ÀS PRINCIPAIS LAVOURAS – 1979-86 (em %)

ANO	ARROZ	SOJA	MILHO	FEIJÃO
1979	24,1	23,6	1,0	4,8
1980	32,2	38,6	2,7	1,2
1981	37,2	41,0	11,9	4,1
1982	44,9	64,0	11,0	24,1
1983	56,4	50,8	5,9	10,9
1984	22,4	15,9	1,9	5,7
1985	46,8	13,5	0,1	9,9
1986[1]	52,9	3,1	0,8	7,7
MÉDIA 1979/85	37,7	35,4	4,9	8,7

FONTE – IBGE e CFP.
Elaboração – CFP/Agsul.
[1] **Informação parcial até 19/10/86.**



PREÇOS MÍNIMOS

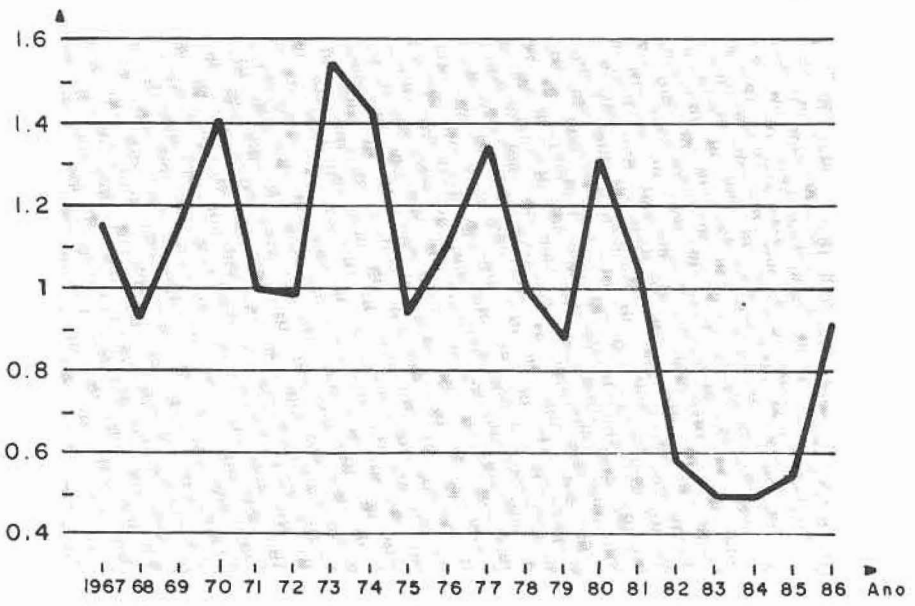
O **preço mínimo** varia de acordo com a qualidade do produto (ver Quadro 20), sendo básico, no caso do feijão, o de **tipo 3.**

De acordo com os dados levantados junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, cerca de 43,5% dos produtores consideram que o **preço mínimo** estabelecido para a safra das águas cobria os custos de produção e ainda permitia uma margem de lucro razoável, na venda direta ao governo.

Analisando-se o comportamento dos preços pagos aos produtores e dos preços mínimos (ver Gráfico 03), observa-se que estes últimos têm sido, na verdade os **preços máximos** para o produtor. Apesar dessa situação, dificuldades diversas, já mencionadas anteriormente, na efetivação da venda direta ao governo federal, têm impedido que a maior parte (cerca de 83%) dos produtores recorra àquele instrumento de garantia de comercialização.

FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES E OS PREÇOS MÍNIMOS – 1967-86

GRÁFICO 03



FONTE – CFP.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Analisando a média anual de preços recebidos pelos produtores e os preços mínimos, no período 1967-86, conclui-se que, até 1981, as condições de mercado eram favoráveis aos produtores, que, à exceção dos anos de 1968, 1972, 1975 e 1979, receberam preços superiores aos preços mínimos (ver Quadro 21). De 1981 em diante, essa situação foi revertida e os preços recebidos foram sempre inferiores aos preços mínimos, chegando a ficar 50% abaixo do preço de garantia do governo federal, no triênio 1983-85. Em 1986, essa relação diminuiu e os preços recebidos situaram-se cerca de 7% abaixo do preço mínimo.

QUADRO 19 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – QUANTIDADE E VALOR DAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL (AGF) 1979-86

ANO	QUANTIDADE (t)	MONTANTE (Cz$ correntes)
1979	0	0
1980	0	0
1981	1.918	134
1982	71.044	4.713
1983	9.851	1.133
1984	1.044	365
1985	16.913	25.357
1986	1.168	5.464

FONTE – CFP/Sucre e CFP/Sunop.
Elaboração – CFP/Agsul/Siaec.

PREÇOS NO ATACADO

Analisando-se os preços recebidos e os preços no mercado atacadista, conclui-se que, no mercado, a média dos últimos anos tem sido 30% superior aos preços recebidos (ver Quadro 22). Esse percentual foi menor no período 1974-77 e, a partir de 1978, com exceção dos anos de 1982 e 1984, têm-se mantido acima da média.

QUADRO 21 – FEIJÃO – PREÇOS MÍNIMOS NA REGIÃO CENTRO-SUL, POR CLASSE E PREÇOS RECEBIDOS CORRENTES NO RIO GRANDE DO SUL – 1967-87

ANO	PREÇO MÍNIMO		PREÇO RECEBIDO
	Preto (Cz$/60 kg)	Cores e Rajado (Cz$/60 kg)	(Cz$/60 kg)
1967	0,02	0,02	0,02
1968	0,02	0,02	0,02
1969	0,02	0,03	0,03
1970	0,04	0,03	0,06
1971	0,04	0,04	0,05
1972	0,05	0,05	0,05
1973	0,07	0,08	0,12
1974	0,10	0,10	0,14
1975	0,12	0,13	0,12
1976	0,21	0,22	0,24
1977	0,28	0,28	0,37
1978	0,37	0,37	0,37
1979	0,61	0,61	0,54
1980	1,80	1,80	2,32
1981	3,71	3,71	3,84
1982	6,91	6,90	4,02
1983	20,46	20,46	10,30
1984	81,96	81,96	40,68
1985	221,70	221,70	118,54
1986	292,20	292,20	273,00
1987	318,60	318,60	

FONTE – CFP/Sutec/Diest e FGV/Ibre/Cea.
ELABORAÇÃO – CFP/Agsul.

QUADRO 20 – FEIJÃO ANÃO (COMUM) DAS CLASSES PRETO, BRANCO, RAJADO E CORES – CLASSIFICAÇÃO OFICIAL E LIMITES MÁXIMOS DE TOLERÂNCIA DE DEFEITOS POR TIPO DO PRODUTO (% PESO)

TIPO	AVARIADO (%)	CARUNCHADOS E/OU DANIFICADOS (%)
1	3	1
2	6	2
3	9	3
4	12	4
5	15	5

FONTE – Minagri/SNAB/ Comissão Técnica de Normas e Padrões.

DESTINO DA PRODUÇÃO

Aproximadamente 30% da produção do Rio Grande do Sul são destinados ao consumo dito de **subsistência**, ou seja, para a alimentação dos agricultores e suas famílias, principalmente nas pequenas propriedades rurais. Os demais 70% são comercializados.

Nos últimos anos, tem diminuído gradativamente a participação das cooperativas na comercialização. A grande maioria dos comerciantes adquire o produto a preços abaixo dos **preços mínimos**, sem emissão de **Notas Fiscais** e, conseqüentemente, sem tributação. Por esse motivo, comercializam a preços inferiores àqueles que as cooperativas, em razão das despesas maiores, teriam condições de negociar.

O produto adquirido pelos comerciantes na principal microrregião, **Colonial de Iraí**, é, muitas vezes, levado

para outros estados, por desvios de rodovias secundárias ou mesmo por balsas, pelo rio Uruguai, a fim de evitar a passagem pelos postos fiscais, até chegar aos atacadistas ou cooperativas.

Há fraudes, também, pela utilização de balanças adulteradas e pela classificação **visual**, descontando empiricamente os percentuais excedentes de impurezas. Entretanto, normalmente, os comerciantes estabelecem preços com significativa antecedência da colheita, efetuando o pagamento a vista aos pequenos produtores, geralmente endividados e com urgência na captação de recursos para liquidação de suas obrigações. Por outro lado, a maior parte das cooperativas que atuam nas zonas de concentração da produção efetua descontos no pagamento aos produtores, num total aproximado de 7% a 9% do valor bruto estabelecido para a compra. Esse percentual abrange a quota-capital devida à cooperativa, ao **Funrural** e às taxas de expediente e/ou de pré-classificação realizada no recebimento do produto, que, seguidamente, incidem sobre o **preço-mínimo** para o **tipo 5** e não sobre o **preço-mínimo** do tipo básico **(tipo 3)**, independentemente da qualidade do produto recebido.

Após o recebimento da produção, as cooperativas solicitam ao órgão oficial estadual — **Serviço de Classificação de Produtos Vegetais no Rio Grande do Sul (Clavesul)** — a classificação do produto estocado, que, muitas vezes, enquadra-se nos **tipos 2** e **3**, com diferenças significativas de valor comercial daqueles preços anteriormente pagos. Segundo algumas cooperativas, essa é a única forma de minimizar os prejuízos causados com o recebimento do **tipo 5** ou **abaixo do padrão.**

O feijão é comercializado praticamente durante todo o ano civil, mas a maior intensidade de vendas no atacado ocorre nos meses subseqüentes à colheita da primeira e segunda safra (ver Quadro 23).

Notadamente, a comercialização tem sido bastante problemática para os produtores, que, nos últimos cinco anos, perceberam preços inferiores aos **preços mínimos** obtendo rentabilidade diminuta ou nula na venda dos excedentes comercializáveis. Segundo a pesquisa realizada junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais, apenas 12% dos produtores conseguem obter rentabilidade razoável com a venda dos excedentes. Os demais 88% defrontam-se com as dificuldades já citadas.

QUADRO – 22 – FEIJÃO – PORTO ALEGRE – PREÇOS CORRENTES DO FEIJÃO PRETO COMUM NO ATACADO – 1970-86

ANO	PREÇO MÉDIO ANUAL (Cz$/60 kg)
1970	0,06
1971	0,06
1972	0,06
1973	0,19
1974	0,16
1975	0,13
1976	0,25
1977	0,36
1978	0,49
1979	0,73
1980	3,35
1981	5,26
1982	4,61
1983	14,81
1984	50,11
1985	165,75
1986	422,81

FONTE – Sima, Ministério da Agricultura.
ELABORAÇÃO – CFP/Agsul/Siaec.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

Apesar de estar situado entre os seis estados maiores produtores, o Rio Grande do Sul, nos últimos anos, tem sido importador líquido (ver Quadro 24), principalmente da classe **anão preto**, preferido pelos consumidores gaúchos.

Mesmo obtendo produção próxima à demanda estadual nos anos de safras normais, as vendas para outras regiões do país têm provocado déficit no abastecimento interno. Analisando-se o quadro de saídas para outros estados, conclui-se que apenas uma parcela aproximada de 40% da produção exportada anualmente passa pelo controle fiscal e tributário nos postos da **Secretaria de Fazenda** do estado, existentes nas rodovias interestaduais e federais.

O feijão **rajado** e os de **cores** são as variedades exportadas preferencialmente, já que alcançam bons preços nos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Alguns atacadistas remetem feijões de **cores**, produzidos e consumidos internamente em pequena escala, para os estados centrais, chegando, em alguns casos, até o Pará, onde, apesar do alto custo do transporte, a margem de lucro é bastante satisfatória.

Em 1985, o **Clavesul** registrou a venda de 30,9 mil t para outros estados, correspondendo a 22,3% da produção. Incluindo-se as saídas sem controle fiscal, estima-se que aproximadamente 40% da produção são destinados a outros estados.

QUADRO 23 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – FLUXO MÉDIO MENSAL DE ESCOAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO – 1985

MÊS	PRODUTO COMERCIALIZADO EM RELAÇÃO AO TOTAL ANUAL (%)
Jan	6,76
Fev	6,81
Mar	7,22
Abr	9,86
Mai	10,72
Jun	14,18
Jul	13,32
Ago	9,50
Set	7,55
Out	5,63
Nov	3,68
Dez	4,77
Total	100,00

FONTE E ELABORAÇÃO – CFP/Agsul/Siaec.

QUADRO 24 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – BALANÇO[1] DE OFERTA E DEMANDA – 1984-86 (estimativa) – t

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO (02/11/84-19/11/85)	PERÍODO (02/11/85-19/11/86)
– Produção	138.211	58.943
– Estoque remanescente	–	–
– Importações pela iniciativa privada	63.969	123.421
– Vendas da CFP[2]	15.481	7.017
– TOTAL	217.661	189.381
Demanda		
– Consumo humano[3]	144.000	144.000
– Exportações	55.284	23.577
– Sementes[4]	10.217	10.968
– Perdas[5]	8.160	10.836
– TOTAL	217.661	189.381

FONTE E ELABORAÇÃO – CFP/Agsul/Siaec.

[1]Ano iniciado em 19/11, para englobar as duas safras;

[2]para evitar duplicidade de informação, consideraram-se as vendas de produto de fora do estado, omitindo-se a colocação dos estoques adquiridos pela CFP, no próprio estado;

[3]média de 12 mil t/mês;

[4]necessidade média de 50 kg/ha de área plantada;

[5]calculadas com base na estimativa de que aproximadamente 30% da produção do estado ficam retidos nas propriedades rurais, durante seis meses, para o consumo de subsistência. Cerca de 60% ficam nas cooperativas e 10% em poder dos atacadistas.

ARMAZENAGEM

"Após a colheita, que pode ser manual, mecânica ou manual-mecânica e a posterior trilhagem, os grãos são ensacados, na sua maior parte em sacos de juta ou aniagem.

A **Emater** do Rio Grande do **Sul** recomenda que o teor de umidade deve ser igual ou inferior a 15% para períodos pequenos de armazenagem e em torno de 12%, para períodos mais prolongados.

Em geral, as cooperativas que atuam nas zonas de concentração da produção dispõem de espaço para armazenagem, porém, muitas vezes, em condições inadequadas à preservação da qualidade. A média de perdas de armazenagem nas cooperativas é de 0,36% ao mês (ver Quadro 25), segundo informações obtidas nos seus departamentos técnicos.

Cerca de dois terços dos produtores mencionam a deficiência na infra-estrutura de armazenagem nas propriedades rurais, como fator restritivo à guarda na propriedade por períodos prolongados, já que a média de perdas mensais nesse tipo de estocagem é da ordem de 2,6%. São poucos os produtores que, individualmente, apresentam condições adequadas de armazenagem, exigidas para a captação de recursos de **EGF**, obrigando-se, na maior parte das vezes, a comercializar o produto imediatamente após a colheita, a preços nem sempre compensadores.

QUADRO 25 – FEIJÃO – RIO GRANDE DO SUL – INCIDÊNCIA MÉDIA DE DEFEITOS DO PRODUTO ARMAZENADO NAS COOPERATIVAS E CEREALISTAS (Em %)

CLASSE DO PRODUTO	CARUNCHADO	AVARIADO	MATERIAL ESTRANHO E IMPUREZA
Preto	0,67	9,66	0,50
Cores	1,13	13,82	0,28
Rajado	1,01	15,07	0,61

FONTE – Clavesul – Anuário Estatístico de 1983.
ELABORAÇÃO – CFP/Agsul/Siaec.

SUGESTÕES DOS PRODUTORES

Segundo pesquisa realizada junto à **Emater**, às cooperativas e aos sindicados de trabalhadores rurais do Rio Grande do **Sul**, o incremento da produção e da produtividade e a garantia de uma rentabilidade na comercialização dependem de mudanças nos seguintes fatores: 1) crédito rural; 2) infra-estrutura de armazenagem; 3) preços recebidos pelos produtores; 4) sistema cooperativista; 5) assistência técnica; 6) instrumentos de **EGF** e **AGF** e 7) disponibilidade dos insumos necessários à lavoura.

CARLOS HENRIQUE COGO, economista da Companhia de Financiamento da Produção, Agência Sul, Porto Alegre, RS.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

A **Resolução nº 22,** de 1º /04/87, do **IBC**, fixa em 15% do preço mínimo de registro, informado diariamente pelo **IBC**, o valor da quota de contribuição incidente sobre as exportações de café em grão cru, torrado e moído, descafeinado ou não, a vigorar a partir de 02/04 para os embarques no mês de maio.

O pagamento da quota será feito em duas parcelas, a primeira de 50%, até três dias úteis da data do registro e o restante, no período compreendido entre a data da emissão da guia de exportação e a data da efetivação do embarque do café (**D.O.U.** 07/04/87).

O **Comunicado Derur nº 1.029,** de 31/03/87, do **Bacen,** divulga os **Fatores de Atualização Monetária** a serem aplicados aos financiamentos contratados a partir de 1º /03/87: 6,6769 para março/87 e 6,5186 para abril/87, no caso de custeio e comercialização, e 16,8200, no caso de investimento (**D.O.U.** 02/04/87).

A **Resolução nº 1.314,** de 24/04/87, do **Bacen,** autoriza imediata liberação do eventual saldo de crédito de custeio principal ou complementar, relativo à safra em curso, para atendimento de despesas realizadas ou a realizar com a lavoura de café. A mesma **Resolução** permite a prorrogação dos saldos devedores de créditos de custeio e comercialização relativos à safra 1985/86 para pagamento no vencimento dos empréstimos referentes à safra 1986/87. Quanto ao crédito para investimento serão válidas as medidas divulgadas na **Resolução nº1.311** (**D.O.U.** 27/04/87).

CRÉDITO RURAL

A **Resolução nº 1.306,** de 10/04/87, do **Bacen,** determina aos bancos integrantes de **SNCR** a recomposição do saldo de operações formalizadas até 28/02/87 com mini e pequenos produtores do **Centro Sul,** desde que limitadas a Cz$ 200 mil em 28/02/87. O prazo da recomposição será de até quatro anos, com dois de carência; e os encargos financeiros serão, a partir de 1º /03/87, de 6% a.a., além da atualização monetária de acordo com o **IPR** (ver **Agroanalysis** nº 3, vol. 11, mar/87). Quanto ao período anterior a 1º /03/87, os saldos devedores estarão isentos de correção monetária no intervalo desde a data da contratação até 28/02/87 no caso de créditos de manutenção, decorrentes dos programas de emergência implementados em função da estiagem de fins de 1985 (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 12, dezembro/85 e vol. 10, nº 1, janeiro/86) ou desde 1º /03/86 até 28/02/87, nos demais casos (**D.O.U.** 13/04/87).

A **Resolução nº 1.311,** de 24/04/87, do **Bacen,** esclarece o critério a ser adotado no cálculo dos encargos financeiros do crédito de investimento formalizados ao amparo da **Resolução nº 1.131,** de 15/05/86 (ver **Agroanalysis,** vol. 10, nº 5, maio/86).

Para as operações cujo saldo devedor não ultrapassou, em 28/02/87, o montante de Cz$ 200 mil e formalizadas com mini e pequenos produtores serão mantidas, até 30/06/87, as taxas originalmente ajustadas (isto é, 3% a.a. para pequenos produtores, 6% para os médios e 8% para os grandes produtores das áreas da **Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha** e 10% a.a para todos os produtores das demais regiões).

Para as operações que não se enquadrarem no caso acima será efetuado um rebate de 50% nos fatores de atualização monetária relativos ao período de 1º /03/87 a 30/06/87 (**D.O.U.** 27/04/87).

A **Resolução nº 1.312,** de 24/04/87, do **Bacen,** estende aos produtores rurais do **Norte/Nordeste** a recomposição de saldos devedores determinada pela **Resolução nº 1.306** (**D.O.U.** 27/04/87).

FEIJÃO

A **Resolução nº 1.313,** de 24/04/87, do **Bacen,** reajusta os **Valores Básicos de Custeio** relativos às culturas de feijão irrigado, safra 1987, em todo o território nacional. Os **VBC** foram fixados em Cz$ 8.240/ha para lavouras com produtividade de até 1.800 kg/ha, Cz$ 10.050/ha para aquelas entre 1.801 e 2.200 kg/ha e de Cz$ 11.110/ha para as lavouras de mais de 2.200 kg/ha (**D.O.U.** 27/04/87).

FERTILIZANTES

A **Resolução nº 214**, de 03/04/87, do **Conselho Interministerial de Preços**, divulga os novos preços dos fertilizantes simples e dos produtos formulados (**D.O.U.** 06/04/87).

IPR

A **Portaria nº 62**, de 02/04/87, do **Ministério da Agricultura** aprova a sistemática de cálculo do **IPR** que é divulgada em anexo à **Portaria** (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 3, março/87). Este índice servirá como **fator de atualização monetária** dos financiamentos de custeio e comercialização sempre que sua variação for inferior à da **LBC** (**D.O.U.** 31/03/87).

LEITE

As **Portarias nºs 63, 64, e 65** de 27/03/87, da **Sunab**, fixam preços mínimos de compra ao produtor e máximo de venda aos consumidores para o leite (**D.O.U.** de 31/03/87 e conforme o Quadro 26).

Quanto aos leites do tipo **A, B** e **C**, a **Portaria nº 65** os coloca sob o regime de acompanhamento pela **Sunab**.

MICROBACIAS

A **Portaria nº 70**, de 08/04/87, do **Ministério da Agricultura** aprova as normas de funcionamento da **Coordenação do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas**. Esta Comissão deverá articular as ações desenvolvidas no âmbito do **Ministério da Agricultura** em conjunto com outros órgãos federais, estaduais e municipais (**D.O.U.** 09/04/87).

A **Portaria nº 71**, de 31/03/87, da **Sunab**, fixa em Cz$ 1,00/50 gr o preço máximo de venda do pão francês ou de sal (**D.O.U.** 1º/04/87).

QUADRO 26 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE A PARTIR DE 31/03/87

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇOS AO PRODUTOR (MÍNIMOS) Leite-quota[1] (Cz$/l)	PREÇOS MÁXIMOS AO CONSUMIDOR Leite Magro 2% gordura (Cz$/l)	Leite Esterilizado[2] (Cz$/l)
PE	6,50	9,00	9,30
AL	6,50	9,00	9,30
SE	6,30	8,80	9,10
BA	6,30	8,80	9,10
MG	5,72	9,00	9,30[3]
ES	5,72	9,00	9,30[3]
RJ	5,72	9,00	9,30[3]
SP	5,72	8,20	8,50[3]
PR	5,72	8,20	8,50[3]
SC	5,72	8,20	8,50[3]
RS	5,72	8,20	8,50[3]
MS	5,72	8,20	8,50[3]
MT	5,72	9,00	9,30[3]
GO	5,72	9,00	9,30[3]
DF	5,72	9,00	9,30[3]

FONTE – Sunab.
[1] O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz$ 5,43/l e o extra-quota em Cz$ 4,28/l;
[2] leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embagens invioláveis de material cartonado);
[3] inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

TRIGO E TRITICALE

A **Resolução nº 1.300**, de 31/03/87, do **Bacen** fixa os **Valores Básicos de Custeio** para as lavouras de trigo e triticale da safra de inverno 1987 (ver Quadro 27).

Os **VBC** são fixados em três níveis sendo os dois primeiros relativos a lavouras de sequeiro e o terceiro, às irrigadas. Os limites de financiamento serão de 100% para mini e pequenos produtores, 60% para os médios e 50% para os grandes (**D.O.U.** 1º/04/87).

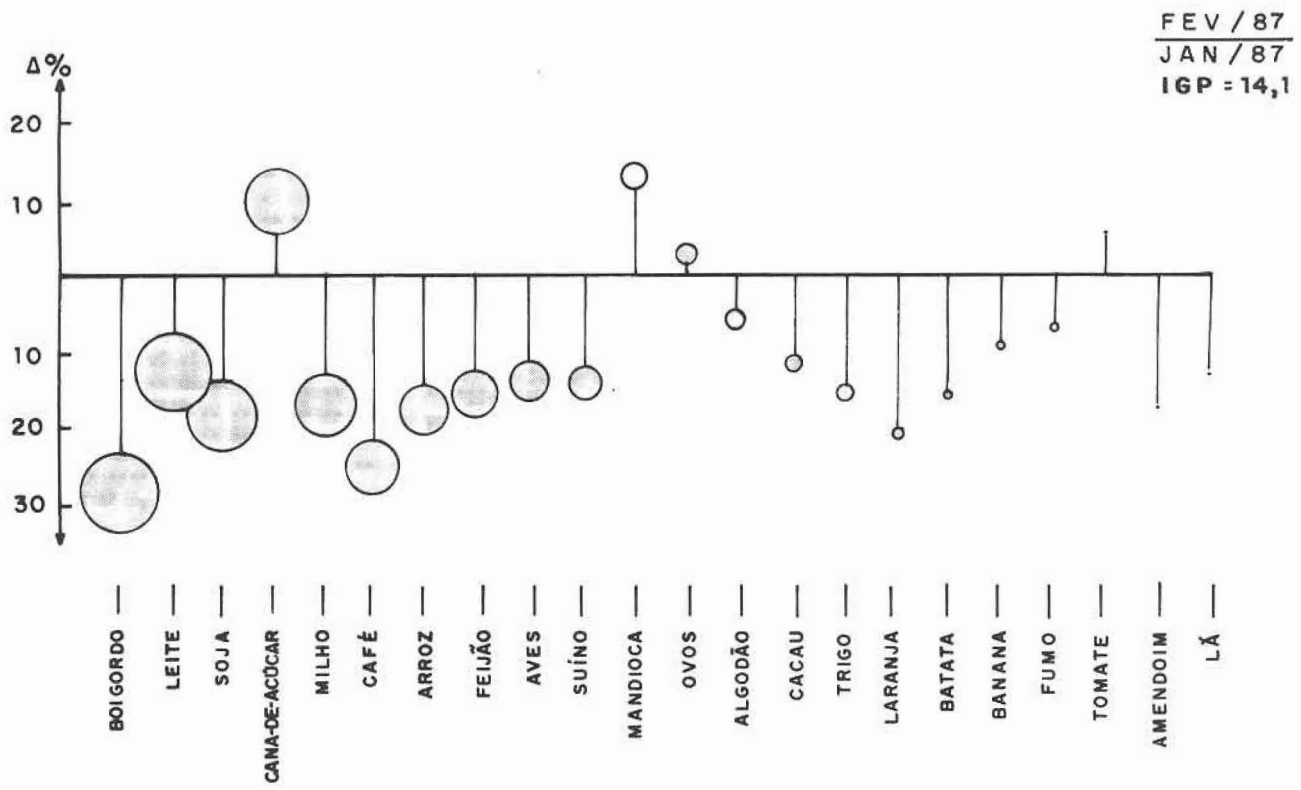
QUADRO 27 – TRIGO E TRITICALE VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO SAFRA 1987

NÍVEL	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (Cz$/ha)
1[1]	1.000	4.116,81
2[1]	1.500	5.844,40
3[2]	3.000	8.416,24

FONTE – Resolução nº 1.300, do Bacen.
[1] Área de abrangência: SP, PR, SC, RS, MS;
[2] área de abrangência: todo o território nacional.



PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

Este mês, excepcionalmente, deixa-se de publicar o gráfico que expressa a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, que está sendo reformulado.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de março).
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de março *
3 – Preço médio na última quinzena de março *
4 – Preço médio na última semana de março *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M J J A S O N D J F M A	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,57	7,49	7,08	6,74	7,61 · 7,82 · 7,85 · 7,95 · 8,06 · 8,30		Compras da **URSS** e da **China**. A safra chinesa está agora estimada em 5,3 milhões de t (a avaliação anterior previa 200 mil t a mais).
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	61,88	56,45	57,49	57,62	56,45 · 55,11 · 53,94 · 53,36 · 53,93		Apesar de haver elevados estoques mundiais, a menor produção esperada e a intenção de redução de área dos **EUA** em 1987/88 estão contribuindo para uma alta nos preços, pelo menos até a entrada do produto norte-americano, em setembro e outubro.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.059	1.991,6	1.929,6	1.916,8	1.921,60 · 1.940,1 · 1.965,75 · 1.921,6 · 2.020		Quebra do temporão baiano poderá promover recuperação dos preços.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	232,09	105,12	104,29	103,63	105,12 · 108,01 · 110,33 · 112,91 · 114,46		Verifica-se acirrada competição entre os países exportadores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	238,53	159,9	162,32	163,55	162,82 · 166,17 · 173,81 · 180,98	➡	A revisão da estimativa da demanda pelo milho, nos **EUA**, colocou-a em patamar superior ao anteriormente esperado. O mesmo ocorreu com a estimativa das exportações daquele país.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	525,28	491,13	492,65	495,40	485,61 · 484,83 · 479,32 · 478,60 · 485,01 · 491,46	➡	A possibilidade de retração da área de cultivo nos **EUA**, as compras soviéticas de óleos vegetais e a quebra da produção chinesa de oleaginosas podem gerar efeitos positivos no mercado, segundo a publicação alemã **Oil World.**
SOJA FARELO US$/tonelada	153,13	139,90	141,14	142,61	137,83 · 138,64 · 138,30 · 137,53 · 138,13 · 138,79	➡	O **USDA** estima que o consumo global de farelo poderá apresentar um pequeno acréscimo no presente ano comercial.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	331,33	284,28	283,45	286,80	262,26 · 262,13 · 268,13 · 267,70	➡	Com o crescimento dos rebanhos e, conseqüentemente, das necessidades de cereais para arraçoamento, a **URSS** vem aumentando suas compras no mercado internacional.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1— Preço médio de março de 1986, corrigido pelo IGP, para março de 1987
2 — Preço médio no mês de março
3 — Preço médio na última quinzena de março
4 — Preço médio na última semana de março
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	349,57	342,86	344,00	348,00		Apesar da maior velocidade na colheita meridional e dos estoques de segurança das indústrias, deve prosseguir a alta nominal dos preços, graças às liberações dos **EGF**, à menor estimativa de produção no Centro-Sul e à boa expectativa nas exportações de têxteis.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$/sc. 60 kg	481,80	290,00	290,00	290,00		O mercado vem sendo pressionado pela superoferta. A sustentação dos preços está na dependência dos recursos para **AGF** e **EGF**.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	5.044,15	2.228,00	2.174,66	2.181,00		Compras do **IBC** sendo feitas acima dos preços de mercado.
BOI GORDO Cz$/arroba	343,10	475.00	470,00	460,00		Grande oferta de bois terminados. Demanda reprimida de carne bovina. Atraso nas compras anunciadas pelo governo.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	555,25	616,00	710,00	710,00	↑	O abastecimento está apertado, em razão da quebra em Irecê e da quantidade colhida na safra da seca. Há atraso na safra nordestina.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	10,99	11,18	não disponível	não disponível	→	Preços reagem à alta do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	161,29	110,70	110,70	106,50	↓	A aceleração da colheita vem deprimindo as cotações frente à perspectiva de safra recorde.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	200,52	176,05	177,65	179,00	→	Incrementos apenas marginais dos preços no exterior e escassez de recursos oficiais para crédito de comercialização poderão provocar um crescimento, ainda que pequeno, das cotações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

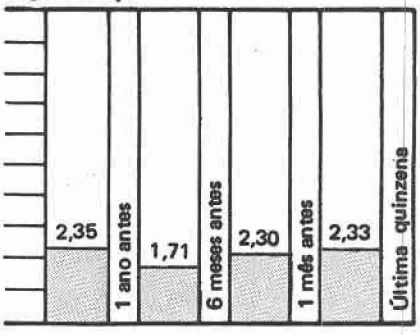
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

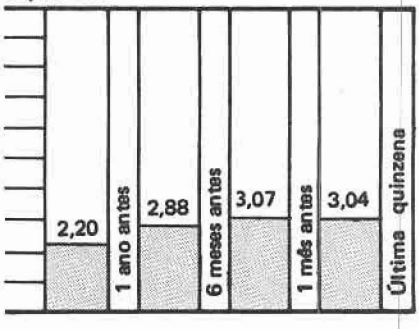
O mercado do algodão sentiu, na última quinzena, os efeitos da revisão para menos dos estoques chineses, realizada pelo **USDA**, o que poderá resultar em melhoria das exportações norte-americanas. Como a cotação da soja decaiu no período, elevou-se ligeiramente o preço relativo algodão/soja frente ao de um mês antes.

Algodão/Soja



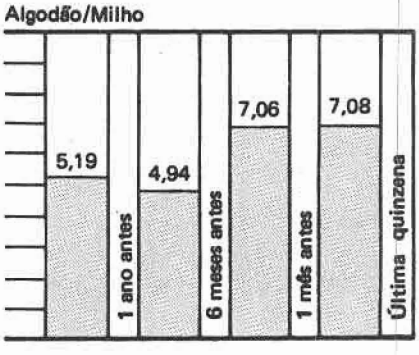
A mencionada retração do preço da soja, aliada à estabilidade da cotação do milho fizeram decair, na quinzena, o preço relativo soja/milho. Em um ano, ocorreu menor desvalorização relativa da soja, cujo mercado apresentou ligeira recuperação pelo lado da demanda.

Soja/Milho



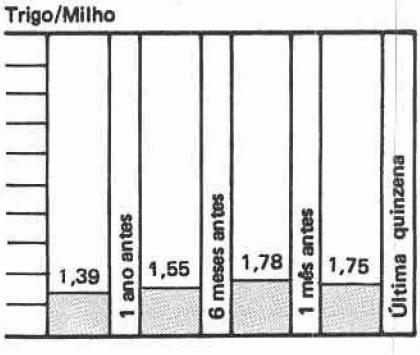
Recentemente, cessou a tendência de queda ininterrupta das cotações que vinha caracterizando o mercado do milho, pois foram revistas para mais as exportações norte-americanas no atual ano-safra. Vale observar, porém, que, no período de um ano, o milho apresentou acentuada desvalorização, comparativamente ao preço da fibra, em conseqüência da influência negativa que teve sobre suas cotações a elevada oferta norte-americana no presente exercício.

Algodão/Milho



Aliaram-se, na quinzena, a desvalorização do preço do trigo e a estabilidade do preço do milho, o que explica o preço relativo dos dois produtos, na quinzena, ter sido inferior ao de um mês antes. O mercado tritícola vem passando por fase de indefinição, na medida em que as safras norte-americanas de inverno e a soviética encontram-se em desenvolvimento, portanto suscetíveis a influências climáticas.

Trigo/Milho

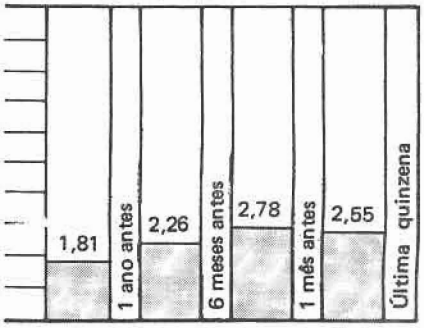


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

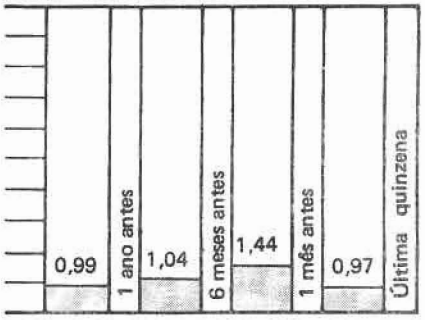
A queda havida no preço relativo boi gordo/frango vivo da última quinzena deveu-se à desvalorização ocorrida na cotação da arroba do boi gordo, em relação à média do mês, visto que, no período, a cotação do frango vivo manteve-se estável. A retração dos consumidores varejistas justifica o desaquecimento do mercado de bovinos, e o fato de a carne substituta ainda não ter registrado reflexo baixista se deve ao intervalo de tempo que naturalmente ocorre entre os dois acontecimentos.

Boi Gordo/Frango Vivo



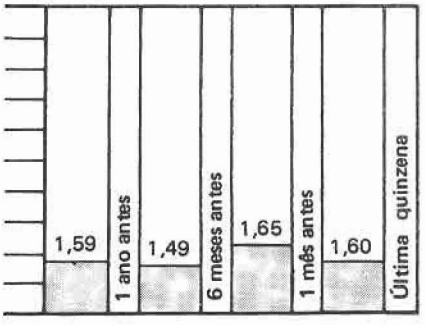
A abrupta queda no nível de lucratividade dos avicultores durante a última quinzena em comparação com a média do mês deveu-se ao aumento de 50% registrado no preço de rações para ave de corte. Na verdade, o ocorrido nada mais foi do que o registro oficial do preço efetivamente cobrado aos criadores, dada a extinção do congelamento de preços.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



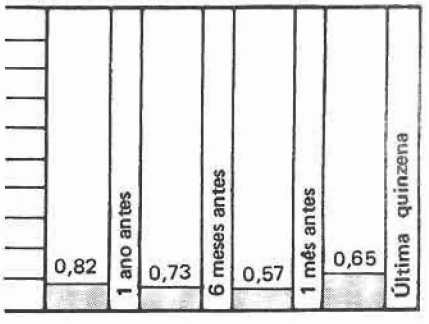
Inferior à média do mês anterior, o mais recente preço relativo soja/milho aponta a tendência altista dos preços do cereal no período. O mercado do milho, pressionado pela grande oferta esperada no presente ano, consegue apenas reajustes inferiores à inflação e que mantêm o preço no campo igual ou inferior ao preço mínimo de garantia.

Soja/Milho



Tanto o feijão preto como o carioquinha registraram, recentemente, aumentos em suas cotações fazendo o preço relativo aumentar por força da elevação mais acentuada observada junto ao feijão preto. A justificar esse fato encontra-se a menor disponibilidade de feijão preço de qualidade atualmente no mercado. Observe-se que, no período de um ano, ocorreu maior valorização relativa da variedade feijão carioquinha.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 28 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MARÇO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	35.056	764.391[2]
Algodão	2.416.333	1.761.551
Algodão arbóreo (em caroço)	853.986	127.016
Algodão herbáceo (em caroço)	1.562.347	1.634.535
Alho	2.188	10.152
Amendoim (em casca)	113.256	182.179
Amendoim (1ª safra)	109.620	178.494
Amendoim (2ª safra)	3.636	3.685
Arroz (em casca)	6.247.654	10.963.531
Aveia (em grão)	...	...
Banana	287.925	308.879[3]
Batata-inglesa	132.027	1.605.220
Batata-inglesa (1ª safra)	97.523	1.294.068
Batata-inglesa (2ª safra)	34.504	311.152
Cacau (em amêndoa)	2.286	1.341
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.925.227	251.187.269
Cebola	67.982	759.745
Centeio (em grão)	...	...
Cevada (em grão)	...	...
Coco-da-baía	136.587	428.725[2]
Feijão (em grão)	5.084.635	2.275.188
Feijão (1ª safra)	3.226.357	1.359.087
Feijão (2ª safra)	1.858.278	916.101
Fumo (em folha)	275.815	413.667
Guaraná (semente)	2.156	273
Juta (fibra)	22.822	13.967
Laranja	139.034	10.871.245[2]
Maçã	21.981	1.911.846[2]
Malva (fibra)	18.123	20.163
Mamona	342.542	153.294
Mandioca	1.658.910	20.706.796
Milho (em grão)	14.131.343	27.757.215
Pimenta-do-reino	1.347	2.488
Rami	7.200	14.400
Sisal (fibra)	123.607	86.692
Soja (em grão)	9.178.461	16.880.272
Sorgo (em grão)	179.358	335.041
Tomate	49.235	1.773.859
Trigo	...	...
Uva	48.589	461.233

FONTE – IBGE.

1 Dados preliminares sujeitos a retificações;
2 mil frutos;
3 mil cachos.

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dorneles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Correa Jr., Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL